

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em votação histórica, Câmara aprova primeiro passo da reforma tributária..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como a reforma afeta o preço de alimentos, remédios e de escolas..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço e Carf emperram ante prioridade de reforma..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsa cai e dólar sobe com expectativa sobre tributária e juro nos EUA..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula prioriza PL e PP e bate novo recorde em liberação de emendas..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula libera R\$ 5,3 bi em emendas Pix em meio a votação da reforma..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Não há data para votar projeto do Carf, diz Lira..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf e arcabouço atrasam, mas Haddad mantém otimismo..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A passos cambaleantes: a revolução tributária - OPINIÃO JURÍDICA..... 20

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária: Haddad diz que Lira foi grande liderança e só extremistas se opuseram ao texto..... 22

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo terá de jogar fichas mais pesadas no próximo capítulo da agenda econômica..... 23

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma Tributária: Haddad diz que proposta não terá 'grande dificuldade no Senado'..... 24

VALOR ONLINE - NOTICIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula pede a Lira que vote Carf e marco fiscal nesta sexta-feira..... 25

VALOR ONLINE - NOTICIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Centrão mira reforma ministerial mais ampla e Lula sinaliza que pode ceder espaços do PT	26
VALOR ONLINE - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL PL do Carf só deve ir a plenário em agosto	27
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL Indicação na Previ	28
VALOR ONLINE - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL STF analisa equiparar licença paternidade à maternidade; custo pode chegar a R\$ 17 bi	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Lula: texto é o possível, não o ideal	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária acelera o PIB	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Bolsonaro e Tarcísio têm primeira crise pública, e aliados avaliam sequelas	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Bolsonaro opera no "modo destruição" - REINALDO AZEVEDO	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Gabriel Galípolo Lula tem 60 milhões de votos e será sempre escutado	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Em movimento raro, Lira vai à tribuna para defender texto	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Habilidade regimental e mão forte na condução da votação	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Com aprovação, PIB deve crescer 2,39% além do previsto até 2032, diz Ipea	44
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Projeto muda impostos sobre herança, lancha e jatinho	47
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Nova tributação pode combater a guerra fiscal, dizem especialistas	48
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Após décadas, País dá primeiro passo para deixar pré-história da tributação	50
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Sistema tributário do País é responsável pelo aumento do Custo Brasil, diz estudo	51

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC aprovada na Câmara é apenas o primeiro passo (Editorial).....56

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zema busca alianças para disputar a Presidência.....57

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo regime de impostos - Sul e sudeste ganham peso.....59

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda as mudanças da reforma no dia a dia.....60

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reage, Rio!" debate desafios da Reforma Tributária.....62

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária avança: como ficam os impostos segundo a proposta.....63

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: o que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTU.....65

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na Reforma Tributária, parques de diversões, hotéis e restaurantes terão regime diferenciado
.....67

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A maior reforma econômica em três décadas começa com força.....68

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Narrativas econômicas sobre 2023 (Artigo).....69

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dados americanos surpreendem e elevam pressão sobre juros globais.....71

Em votação histórica, Câmara aprova primeiro passo da reforma tributária



Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo

Brasília Em uma votação histórica, a Câmara dos Deputados deu nesta quinta (6) o primeiro passo na **reforma tributária** que unifica cinco **tributos** sobre consumo, em mais uma tentativa de sepultar o sistema criado ainda na década de 1960 e que hoje alimenta conflitos judiciais e onera empresas que operam no Brasil.

O texto-base da PEC (proposta de emenda à Constituição) foi aprovado em primeiro turno por 382 deputados -mais do que os 308 votos necessários para aprovar uma alteração constitucional Foram 118 votos contrários e 3 abstenções.

O plenário ainda apreciaria os destaques, que poderia alterar o conteúdo da proposta -o que não havia ocorrido até a publicação desta reportagem. Depois, o texto também precisa ser votado em segundo turno antes de seguir ao Senado.

A **reforma tributária** está em discussão no Congresso há mais de 30 anos. A primeira vez que se tentou unir os **tributos** sobre consumo em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) foi na elaboração da Constituição de 1988. Foi também o primeiro de uma sucessão de tentativas fracassadas de mudança no sistema

Diante desse precedente, a aprovação da reforma pode dar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a desejada marca emblemática à sua gestão, num momento em que ele busca se cacifar perante o Planalto e dar uma demonstração de força política.

Para superar uma matéria tão espinhosa, Lira se colocou como uma espécie de fiador da **reforma tributária** e, nos últimos dias, participou ativamente da

construção de acordos que permitiram destravar a votação de uma proposta que patina há anos no Legislativo.

Em um gesto inusual, Lira deixou o comando da sessão para discursar na tribuna e leu um discurso escrito "para não cometer deslizes".

"Estamos vivendo um momento histórico para o país e para as nossas vidas parlamentares. O país olha para esse plenário esperando uma resposta nossa para a aprovação de uma **reforma tributária** justa, neutra, que dê segurança jurídica e promova o desenvolvimento econômico e social. Não podemos nos furtar a essa responsabilidade", disse.

Sem citar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o presidente da Câmara citou que seu candidato foi derrotado nas urnas em 2022, mas pediu que "deixemos as urnas de lado".

"**Reforma tributária** não é jogo de política. **Reforma tributária** não é instrumento de barganha política. **Reforma tributária** não é batalha político-partidária. **Reforma tributária** não é pauta de governo. **Reforma tributária** é pauta de Estado", afirmou, sob aplausos do plenário.

Com décadas de atraso, a aprovação da **reforma tributária** pode colocar o Brasil no mapa dos 174 países que já cobram um IVA, reduzindo a burocracia para as empresas e abrindo portas para o ingresso de maiores investimentos internacionais.

Autor da PEC 45, base do texto votado nesta quinta, o deputado Baleia Rossi (MDB--SP), presidente da sigla, destacou que esta pode ser a "primeira **reforma tributária** da era democrática".

O amai desenho em vigor começou a ser estruturado em 1965, sob o regime militar, quando uma emenda constitucional criou o Sistema Tributário Nacional e instituiu a base de alguns dos **tributos** em vigência até hoje.

"Vivemos num verdadeiro manicômio tributário. Temos alíquotas diferentes para perfume e água de cheiro, para bombom e biscoito wafer. É uma insanidade", afirmou Baleia Rossi.

O texto prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

O sistema será dual significa que uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal por meio da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e a outra, por estados e municípios pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Também será criado um imposto seletivo sobre bens e serviços cujo consumo são considerados prejudiciais à saúde (como cigarros e bebidas alcoólicas) ou ao meio ambiente.

A implementação dos **tributos** começará em 2026, com uma alíquota teste de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS.

"O objetivo dessa etapa é conhecer a base tributável, permitindo que se calculem as alíquotas da CBS e do IBS necessárias para substituir a arrecadação atual", diz o parecer.

Em 2027, PIS e Cofins serão completamente extintos e substituídos pela nova alíquota de referência da CBS. As alíquotas do IPI também seriam zeradas, com exceção dos produtos que tenham industrialização na Zona Franca de Manaus.

Já a migração dos **impostos** estaduais e municipais para o novo IBS será mais gradual e só terminará em 2033.

Até 2028, a alíquota continuará em 0,1%. Em 2029, a cobrança de ICMS e ISS será reduzida em 1/10 por ano até 2032. Em 2033, os **impostos** atuais serão totalmente extintos.

As alíquotas definitivas de cada tributo serão definidas depois, em lei complementar, pois vão depender de cálculos efetuados em conjunto com o Ministério da Fazenda.

A reforma prevê uma cobrança padrão sobre a maior parte do consumo e uma alíquota reduzida (equivalente a 40% do valor cheio) para alguns bens e serviços elencados no texto, como serviços de saúde, educação, transporte coletivo, produtos e insumos agropecuários, medicamentos, dispositivos médicos e produções artísticas, culturais e jornalísticas.

PL dá 20 votos a favor mesmo após pressão de Bolsonaro

Apesar da pressão pública do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o que incluiu uma divergência pública com o governador e pupilo Tarcísio de Freitas

(Republicanos-SP), o seu partido, o PL, deu 20 votos favoráveis à aprovação da **reforma tributária** na noite desta quinta-feira (6).

Maior bancada da Câmara, com 99 cadeiras, o partido ameaçou "fechar questão" contra a reforma, o que obrigaria a rejeição unânime à proposta, sob risco de punição, mas após ação de Tarcísio e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o partido decidiu apenas orientar o voto contra.

Votaram a favor da reforma, ou seja, contra as orientações de Bolsonaro, os seguintes deputados do PL:

Antonio Carlos Rodrigues (SP), Detinha (MA), Giacobbo (PR), Ícaro de Valmir (SE), João Carlos Bacelar (BA), João Maia (RN), Josimar Maranhãozinho (MA), Junior Lourenço (MA), Júnior Mano (CE), Luciano Vieira (RJ), Luiz Carlos Motta (SP), Matheus Noronha (CE), Robinson Faria (RN), Rosângela Reis (MG), Samuel Viana (MG), Tiririca (SP), Vermelho (PR), Vinícius Gurgel (AP), Wellington Roberto (PB) e Zé Vitor (MG).

A maior parte desses deputados vem do Nordeste e integra o centrão, não o chamado "bolsonarismo raiz".

Leia mais nas págs. A14 e A15

TRIBUTOS EXTINTOS

IPI (federal)

PIS (federal)

Cofins (federal)

ICMS (estadual)

ISS (municipal)

TRIBUTOS CRIADOS

CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)

na esfera federal

IBS (o Imposto sobre Bens e Serviços), de competência estadual e municipal

Imposto seletivo (sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente)

ALÍQUOTAS

Haverá uma alíquota única como regra geral (a ser definida) e 50% de redução para os seguintes setores:

serviços de educação

serviços de saúde

dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência

medicamentos e produtos de saúde menstruai

serviços de transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário

produtos agropecuários, pesqueiros, fio resta-se extrativistas vegetais in natura

insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal

produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais

OUTRAS REDUÇÕES QUE PODERÃO SER FEITAS POR LEI COMPLEMENTAR

Isenção para transporte coletivo

Redução de 100% de alíquota para medicamentos e dispositivos médicos para pessoas com deficiência, além de produtos hortícolas, frutas e ovos

Redução em 100% da alíquota da CBS incidente sobre o ProUni

Limite de receita anual de R\$ 3,6 milhões para que

o produtor rural pessoa física ou jurídica possa não pagar IBS e CBS

CASHBACK

Possibilidade de devolução de **tributos** a pessoas físicas, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda

FUNDOS

Texto cria Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com recursos da União para estados, para reduzir as desigualdades regionais e sociais

Texto prevê Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, com recursos da União

e por ela gerido (a ser criado e detalhado por lei complementar)

Institui Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-fiscais do Imposto, destinado a compensar benefícios a empresas que fiquem comprometidos após reforma, com repasses anuais da União a estados de 2025 a 2032, começando em R\$ 8 bilhões e chegando a um pico de R\$ 32 bilhões por exercício

CONSELHO FEDERATIVO (QUE VAI GERIR IBS) COMPOSTO POR:

27 membros, representando cada Estado e o

Distrito Federal;

27 membros, representando municípios e o Distrito Federal (sendo 14 representantes com base nos votos de cada município com valor igual para todos,

e 13 representantes com base nos votos de cada município ponderados pelas respectivas populações)

Entenda a **reforma tributária** sobre o consumo

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA

Em votação histórica, Câmara aprova primeiro passo da **reforma tributária**

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>

Como a reforma afeta o preço de alimentos, remédios e de escolas

Como funciona o IVA criado pela reforma tributária

Cada empresa recolhe efetivamente apenas o imposto referente ao valor que adicionou ao produto ou serviço

Etapa 1

Venda de insumo agropecuário



Etapa 2

Venda do alimento industrializado



Etapa 3

Venda final ao consumidor



* O crédito pode ser devolvido posteriormente ou em tempo real (como no exemplo acima), a depender do sistema tributário
Fonte: Elaboração própria

Eduardo Cucolo

Uma nova proposta de **reforma tributária** está em tramitação no Congresso. O que está em discussão é uma mudança dos principais **impostos** e contribuições sobre o consumo.

Depois de ser aprovada em dois turnos na Câmara, a proposta precisa passar por duas votações no Senado.

Veja quais são as principais mudanças para consumidores, empresas e entes públicos.

Vou pagar mais **impostos** depois da reforma?

A reforma prevê a manutenção da carga tributária atual sobre o consumo. Mas essa tributação será redistribuída: alguns bens e serviços terão redução de carga, e outros terão aumento.

O preço de remédios, alimentos, escolas e transporte público vai subir?

Esses quatro tipos de bens e serviços estão na lista dos que terão tributação 60% menor. Também haverá alíquota 60% menor para serviços de saúde, atividades artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência e

medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual. O governo calcula que, com isso, a carga desses itens fica igual à atual ou pode ser reduzida.

O que vai acontecer com o preço dos produtos da cesta básica?

Será criada uma Cesta Básica Nacional, com uma relação de produtos com alíquota zero. Essa lista será definida posteriormente. Os produtos da cesta atual que ficarem de fora terão alíquota reduzida em 50%, o que garante a manutenção dos preços atuais.

Como vai funcionar o cashback? Quem terá direito à devolução dos créditos?

A proposta prevê a "hipótese" de devolução de parte dos dois novos **tributos** sobre o consumo a pessoas físicas, o "cashback do povo". Os limites e beneficiários são definidos no momento de regulamentação da reforma, o que deve acontecer em 2024.

O Devolve ICMS do Rio Grande do Sul prevê o mínimo de R\$ 100 por trimestre a todas as famílias do Bolsa Família, mais um complemento que varia de acordo com os gastos no período. Isso representa um acréscimo de 17% na renda de 95% dos 618 mil beneficiários.

Como será a tributação de planos de saúde, imóveis, turismo, restaurantes e aviação?

Alguns setores e produtos terão regras específicas para recolher os novos **tributos**, com objetivo de manter a tributação atual. São eles: combustíveis e lubrificantes, serviços financeiros, imóveis, planos de saúde, loterias, administração pública, cooperativas, serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

O preço dos combustíveis vai aumentar?

A questão dos combustíveis não está definida. O setor terá um sistema próprio de tributação, com objetivo de manter a carga atual, mas as alíquotas só serão definidas posteriormente. Elas serão as mesmas em todo o território nacional.

Quais os benefícios fiscais que serão mantidos?

Estão mantidos ProUni (bolsas para educação), Perse (benefícios para o setor de eventos) e Zona Franca de Manaus.

Como fica o imposto de energia e telecomunicações?

Para as empresas, esses insumos passam a gerar crédito tributário, reduzindo a carga final dos seus produtos e serviços. Esses setores também poderão usar crédito para eliminar a tributação em cascata.

Quem vai pagar mais imposto?

Cálculo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que apenas os 10% mais ricos vão pagar mais. Os outros 90% da população terão uma carga tributária menor.

Como fica a tributação dos serviços de streaming?

A reforma acaba com a tributação maior de TV a cabo, energia e internet em relação ao streaming e da venda de veículos em relação ao aluguel de carros, por exemplo.

Qual a redução de imposto para os mais pobres?

O Ipea estimou que uma alíquota única já diminui a carga dos mais pobres sobre os **tributos** da reforma. Com o cashback (devolução do imposto), é possível reduzi-la à metade.

Produtos como cerveja e cigarro vão ficar mais caros?

Segundo o novo texto divulgado na noite de quarta (5), será criado um imposto seletivo, que será aplicado sobre produtos considerados prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas, além de itens prejudiciais ao meio ambiente.

A reforma tributária vai gerar inflação?

O Ministério da Fazenda calcula que, na média, a reforma tem efeito desinflacionário. Ao eliminar distorções e possibilitar uma melhor organização da atividade econômica, reduzirá custos dos empresários e, com isso, permitirá a redução de preços ao consumidor final.

A reforma tributária vai acabar com os empregos?

Segundo o Ministério da Fazenda, a reforma vai gerar um crescimento adicional da economia estimado entre 12% e 20%, num período de 10 a 15 anos. Isso significa em média R\$ 470 de renda a mais por mês para cada brasileiro, além de 12 milhões de novos

empregos.

A reforma prejudica as empresas do Simples Nacional e os MEI, como manicures e cabeleireiros?

Não. O Simples Nacional e o MEI serão mantidos. As micro e pequenas empresas podem adotar o novo sistema da reforma apenas para recolhimentos dos novos **tributos**, aproveitando créditos de insumos. Essa é uma boa opção para quem tem clientes que também são pessoas jurídicas.

A outra opção é continuar a recolher tudo dentro do Simples no sistema cumulativo, o que pode se aplicar a pequenos comércios e prestadores de serviços.

Nos dois casos, o imposto recolhido na venda para outra empresa vira crédito para esse cliente, o que pode reduzir o preço de alguns serviços.

A reforma tributária vai prejudicar o agronegócio?

Pequenos produtores rurais, que representam quase 99% dos estabelecimentos agropecuários, estão isentos, assim como as cooperativas.

O exportador agropecuário terá a devolução do tributo quando o produto for vendido para outro país. Hoje, nem todo o dinheiro é devolvido. Além disso, há resíduos tributários embutidos no preço dos insumos que representam cerca de 12% do preço.

A reforma tributária vai prejudicar o setor de serviços?

Para os prestadores de serviço que fazem parte do Simples (cerca de 90%), a adesão ao novo sistema é opcional e pode até reduzir sua carga.

Os serviços de meio de cadeia, aqueles prestados a empresas, terão redução de custo, pois os prestadores desses serviços passarão a se creditar dos **impostos** pagos por seus fornecedores e transferir integralmente o crédito para os tomadores de seus serviços.

Serviços como saúde, educação e transporte público receberam tratamento favorecido. Com isso, estima-se que o impacto de aumento da carga fique restrito a cerca de 1% das empresas do setor.

A reforma tira a autonomia dos estados e municípios?

Estados e municípios vão gerir um tributo compartilhado (IBS), que é a fusão do ICMS com o ISS. Cada governador e prefeito terá liberdade para reduzir a alíquota geral, mas não poderá discriminar o setor que será beneficiado. Estímulos ao desenvolvimento terão de ser feitos agora via

orçamento, de forma transparente, não com distorções no sistema tributário.

Produtos que têm uma cadeia de produção mais longa e empresas que compram mais insumos vão pagar menos **tributos**? Não. A reforma acaba com a cumulatividade e faz com que a tributação seja a mesma, independentemente do tamanho da cadeia e da quantidade de insumo. Terá mais crédito tributário a empresa que pagou mais imposto na etapa anterior de produção.

Há quanto tempo a **reforma tributária** do consumo está em discussão?

Desde e a Constituinte de 1988 já houve várias tentativas de implantar no Brasil um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) nesse formato. A proposta atual (PEC 45) foi apresentada em 2019 pela Câmara dos Deputados. O texto atual também incorpora parte da proposta do Senado de 2019 e do projeto de governo Jair Bolsonaro de 2020.

Quais países utilizam esse sistema?

O modelo de IVA proposto está presente em mais de 170 dos 193 países do mundo.

Por que todos os países da União Europeia usam o IVA?

A maioria dos seis países originais da União Europeia usava diferentes formas de tributação indireta, com **impostos** em cascata. Isso criava um entrave à ideia de ter um mercado único.

Quando há **impostos** em cascata (tributo incidindo sobre tributo), é impossível determinar o valor real do imposto efetivamente incluído no preço final do produto. Com isso, há o risco de um país subsidiar (deliberada ou acidentalmente) suas exportações, superestimando os **impostos** reembolsáveis. Normalmente, a venda a outros países é desonerada com a devolução do tributo recolhido na cadeia de produção.

Como são as alíquotas na União Europeia?

A legislação da União Europeia exige que a taxa geral do IVA seja de pelo menos 15%. A alíquota reduzida deve ser de pelo menos 5%, aplicada a uma lista de bens e serviços (e não de setores) definida pelos países.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>

Arcabouço e Carf emperram ante prioridade de reforma

Victoria Azevedo, João Gabriel, Nathalia Garcia, Julia Chaib e Ranier Bragon

As votações do PL (projeto de lei) que trata do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e do novo arcabouço fiscal emperraram na Câmara dos Deputados em meio às negociações políticas do Legislativo como Executivo e à prioridade dada pelos parlamentares à apreciação da **reforma tributária** em plenário.

Nesta quinta-feira (6), líderes de legendas do chamado centrão davam como certo que a análise dessas duas matérias ficaria para agosto, depois do recesso parlamentar. Mas, segundo interlocutores do governo, a equipe econômica não recebeu uma sinalização concreta de que a votação das matérias ficará para o mês que vem.

Após participar de reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários e o ministro Fernando Haddad (Fazenda), o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que as matérias seriam votadas na sexta (7).

Parlamentares ouvidos pela reportagem, no entanto, evitavam ser assertivos e garantir a votação dos projetos antes do recesso.

O titular da pasta econômica demonstrou confiança no "esforço concentrado" prometido por Lira. "Eu acredito que é possível votar [até sexta-feira], agora quem tem de ver regimentalmente se cabe tudo em dois dias é o presidente [Lira] e os líderes. A ideia de colocar em votação virtual para quem eventualmente já tinha marcado volta para sua base, poder votar de onde estiver, favorece a possibilidade de votar", afirmou. Fontes do governo dizem que, na Fazenda, há o entendimento de que o arcabouço fiscal já está bem encaminhado, enquanto o possível adiamento do **Carf** preocupa.

Após o encontro desta tarde, Haddad afirmou ver prejuízo na elaboração do Orçamento caso as votações do **Carf** e do arcabouço fiquem para agosto.

"Você não entrega o Orçamento em 30 de agosto, começando a elaborar em 10 de agosto. Você não faz em 20 dias um Orçamento. Então, a aprovação do marco fiscal e do **Carf** ajuda a distribuir as cotas para

os ministérios, uma série de procedimentos administrativos que ficam mais só -lidos com as peças já aprovadas", disse.

Mais tarde, a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) minimizou as declarações de Haddad, afirmando que isso não atrapalharia o cronograma. O Planejamento discute uma saída para a elaboração do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) caso a votação do novo marco fiscal não seja concluída nesta semana.

"Tanto pelo lado da receita, que é **Carf**, quanto pelo lado da despesa, que é o arcabouço, nós temos os instrumentos para apresentar a LOA até dia 31 de agosto sem nenhum prejuízo. O Haddad disse "vai prejudicar" no sentido que vai dar um pouquinho mais de trabalho para o Ministério de Planejamento e Orçamento. Mas a equipe está pronta para trabalhar 24 horas e cumprir prazos, está tudo tranquilo", disse.

Como a Folha mostrou, o governo tem centrado esforços na tentativa de destravar a tramitação dos dois projetos, priorizando-os em relação à tributária. Para a equipe econômica e auxiliares palacianos, as duas propostas têm preferência na ordem de prioridades do governo, embora a reforma também seja considerada uma pauta estratégica.

O possível adiamento representaria uma derrota para o governo, já que as matérias são prioritárias. A retomada do voto de desempate da Fazenda nos julgamentos de conflitos tributários no **Carf** é considerada uma medida estruturante e com peso relevante para a arrecadação.

O Palácio do Planalto ainda atuava ao longo desta quinta para que ambos os projetos fossem analisados nesta semana, embora articuladores políticos reconhecessem as dificuldades.

Lira tem indicado a aliados que ele está cuidando das negociações em torno da **reforma tributária** - e que caberia aos líderes partidários acompanhar as outras matérias. Ele, no entanto, não descarta a votação dos projetos ainda nesta semana.

Ao chegar à Câmara na tarde desta quinta, o presidente da Casa não indicou data para votação dos projetos. Ele se ateve a dizer que elas seriam

analisadas após a conclusão da votação da reforma tributária.

Segundo parlamentares a par das negociações, o governo tenta acomodar PP e Republicanos em espaços na máquina federal. Embora parte esses partidos se considere de oposição, o governo tenta prestigiar outra ala que apoia Lula para fidelizar os votos. Deputados miram os ministérios do Desenvolvimento Social e Esporte.

Segundo relatos, se as votações fossem adiadas para agosto, haveria tempo de destravar as negociações durante o recesso parlamentar.

A interlocutores o relator do projeto do Carf, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), tem afirmado que o texto está pronto, mas que faltaria agora dar prosseguimento às negociações políticas entre governo federal e Legislativo, o que contempla cargos e emendas.

Essas negociações foram discutidas em reunião na quarta-feira (5) no Palácio do Planalto entre os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) com líderes e José Guimarães.

A votação do Carf é necessária para possibilitar a votação do arcabouço fiscal, tema menos polêmico e que colocaria fim ao teto de gastos. O projeto tramita em regime de urgência e está trancando a pauta desde o último dia 21.

Mesmo parlamentares de oposição admitem que o texto deve ser aprovado e pelo menos com grande parte das mudanças propostas pelo Senado Federal, que ampliou as exceções à nova regra fiscal e beneficiou o governo.

Apesar disso, o relator Cláudio Cajado segue defendendo que a Câmara retome seu relatório original e acabe com as mudanças propostas pelos senadores.

O ponto de menos consenso é a exclusão das despesas com ciência e tecnologia, incluídas pelo senador Ornar Aziz (PSD-AM), que pode acabar sendo rejeitada pelos deputados.

Já a exceção ao Fundeb e ao Fundo Constitucional tem boas chances de passar também na Câmara, assim como a criação do crédito condicionado de R\$ 32 bilhões - proposta do Planejamento e articulada pela ministra Simone Tebet e pelo senador Randolfe Rodrigues.

Eu acredito que é possível votar [até esta sexta-feira,

7], agora quem tem de ver regimentalmente se cabe tudo em dois dias é o presidente [Lira] e os líderes.

A ideia de colocar em votação virtual para quem eventualmente já tinha marcado volta para sua base, poder votar de onde estiver, favorece a possibilidade de votar

Fernando Haddad ministro da Fazenda

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>

Bolsa cai e dólar sobe com expectativa sobre tributária e juro nos EUA



A Bolsa brasileira teve forte queda de 1,77% e fechou a 117.425 pontos nesta quinta (6) puxada pelo exterior, num ambiente de aversão ao risco com previsões de novas altas de juros nos Estados Unidos neste ano. A tramitação da **reforma tributária** no Congresso também esteve no radar dos investidores.

Já o dólar teve nova alta, apoiado justamente pela expectativa de aperto nos juros, que favorecerá a moeda americana. A divisa terminou o dia com valorização de 1,64%, cotada a R\$ 4,93.

Nesta quinta, dados mostraram que a criação de vagas no setor privado dos EUA aumentou muito mais do que o esperado em junho, indicando que o mercado de trabalho continua forte apesar dos riscos crescentes de uma recessão.

O setor privado americano abriu 497mil vagas de emprego no mês passado, enquanto economistas consultados pela Reuters previam a criação de 228 mil postos.

Os dados somam-se à ata da mais recente reunião de política monetária do Fed, divulgada na quarta (5), que aumentou as apostas num novo aumento de juros nos EUA.

Agora, analistas consultados pela ferramenta FedWatch, do CME Group, veem 95% de chance de uma nova alta de juros na próxima reunião do Fed, marcada para este mês.

Com isso, os índices americanos tiveram forte queda. O Dow Jones, o S P 500 e o Nasdaq caíram 1,07%, 0,79% e 0,82%, respectivamente.

"Esse conjunto de dados reforça a ideia de que o Federal Reserve (Fed) ainda tem trabalho a fazer para controlar a **inflação**. E as minutas da reunião do Fed mostraram que dentro do comitê há um grupo bastante convicto de que

é necessário elevar mais os juros, provavelmente além de julho", avaliou o economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management, Gino Olivares, em comentário enviado a clientes.

O mau desempenho dos mercados dos EUA impactou os ativos do Brasil, e o ambiente negativo foi reforçado por preocupações sobre a **reforma tributária** no Congresso.

O possível adiamento de outros temas, como a retomada do voto de qualidade do **Carf** e o arcabouço fiscal, também causou preocupação. Líderes de legendas do chamado centrão dão como certo que a análise dessas duas matérias fique para agosto, depois do recesso parlamentar.

Com isso, o Ibovespa teve forte queda. Todas as ações mais negociadas da sessão tiveram desempenho negativo, inclusive Petrobras e Vale, as maiores da Bolsa, que tombaram 1,59% e 0,64%, respectivamente. Completaram a lista de mais negociadas as ações de Itaú, Bradesco e da B3, que tiveram perdas de 1,24%, 2,23% e 3,80%, respectivamente.

Já os mercados de juros futuros registraram alta pelo terceiro dia consecutivo. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 saíram de 12,80% para 12,83%, e os Para 2025 iam de 10,76% para 10,80%.

No câmbio, o dólar teve alta impulsionado principalmente pelo possível adiamento de outras matérias econômicas em detrimento do avanço da **reforma tributária**.

Apesar da valorização no Brasil, o dólar teve queda ante outras moedas fortes no exterior, com o índice DXY, que mede o desempenho da moeda americana em relação a essas divisas, caindo 0,24%. Marcelo Azevedo Com Reuters

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818
a279f08489a700d259a1

Lula prioriza PL e PP e bate novo recorde em liberação de emendas

Mateus Vargas e Thiago Resende Brasília

O governo Lula (PT) bateu um novo recorde na liberação de emendas às vésperas de votações decisivas no Congresso Nacional. Foram R\$ 5,3 bilhões autorizados agora para projetos, compras e obras em redutos eleitorais de parlamentares.

Os partidos mais beneficiados foram o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o PR do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL).

Lula tem uma base de apoio frágil e insuficiente no Congresso, por isso adota o toma lá cá dá com verbas e cargos para deputados e senadores em troca de apoio em votações nas duas Casas, assim como Bolsonaro o fez durante a sua gestão (2019-2022).

Apesar de o PL ser de oposição, integrantes do partido negociam cargos e emendas com o Planalto desde o início do governo. Auxiliares do presidente contam com cerca de 30 votos da bancada do PL, que tem 99 deputados, em votações de propostas econômicas.

Deputados do PL tinham sido preteridos nas liberações de emendas nos primeiros seis meses de governo -principalmente os mais ligados ao bolsonarismo.

Com a proximidade da votação da **reforma tributária**, que é a prioridade de Lira, o centrão cobrou celeridade nos repasses de emendas. O PL, assim como o PR é alinhado ao presidente da Câmara.

Os valores foram liberados na quarta-feira (5) e superam o recorde anterior, de R\$ 2,1 bilhões em um único dia. Na semana que concentra pautas relevantes para Lula na Câmara, o governo destravou os repasses, que já chegam a cerca de R\$ 7,5 bilhões.

O governo Lula enfrenta uma semana decisiva na Câmara, com votações do PL (projeto de lei) que trata da retomada do chamado voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e o projeto que cria um novo arcabouço fiscal, além da **reforma tributária**.

No lote recorde desta quarta, praticamente toda a verba liberada tem como origem as emendas individuais. Foram encaminhados R\$ 699,8 milhões

das indicações feitas por parlamentares do PL, e mais R\$ 660 milhões de autoria de deputados e senadores do PR Alista dos mais beneficiados segue com PSD (R\$ 611,2 milhões), PT (R\$ 562,3 milhões), MD B (R\$ 543 milhões) e União Brasil (R\$ 453,9 milhões). Do valor liberado, R\$ 5,2 bilhões são de transferências diretas a estados e municípios.

Nessa modalidade de emenda, os parlamentares escolhem quais locais recebem o dinheiro. Os prefeitos e governadores, então, decidem o que fazer com a verba -não há necessidade de apresentar uma proposta de obra ou convênio para ser beneficiado.

O estado e municípios de São Paulo concentram maior volume de repasses (R\$ 530 milhões) autorizados na quarta-feira (5), seguido pela Bahia (R\$ 494,5 milhões).

O Orçamento de 2023 reserva R\$ 36,5 bilhões em emendas individuais, de bancadas estaduais e das comissões temáticas do Congresso. Desse valor, foram empenhados R\$ 15,1 bilhões até terça-feira e pagos R\$ 3,1 bilhões.

No caso das emendas individuais, cada deputado indicou a destinação de cerca de R\$ 32 milhões. A cota dos senadores é maior, de R\$ 59 milhões. O governo é obrigado a encaminhar esses recursos, mas consegue controlar o ritmo da liberação da verba.

O controle do Planalto sobre as emendas reflete na liberação das indicações de parlamentares mais próximos do governo. A deputada bolsonarista Bia Kicis (PL-DF), por exemplo, teve apenas R\$ 550 mil em emendas empenhadas, enquanto praticamente todas as emendas de Celso Sabino (União Brasil-PA) foram liberadas. Ele é cotado para substituir Daniela Carneiro no Ministério do Turismo.

Como há uma cota para deputados e senadores, as maiores bancadas acabam dominando as emendas. Os parlamentares do PL indicaram R\$ 2,9 bilhões. Segunda maior bancada no Congresso, o PT tem R\$ 2,2 bilhões.

Até quarta, o governo havia liberado R\$ 10 bilhões dos R\$ 16,4 bilhões reservados a emendas individuais de deputados. Para o Senado há R\$ 4,7 bilhões em emendas previstas no Orçamento, sendo que R\$ 2,5

bilhões foram encaminhados.

Além destes recursos, ainda existe a fatia de R\$ 9,85 bilhões que migrou ao caixa do governo após o fim das emendas do relator. Durante a campanha a presidente, Lula chegou a chamar esse tipo de emenda de o "maior esquema de corrupção da atualidade", "orçamento secreto" e "bolsolão".

Os ministérios abriram seleção de propostas para distribuir o recurso herdado. Mais de 45 mil sugestões foram apresentadas por estados e municípios, mas o dinheiro tem sido entregue na base de acordos políticos, contrariando promessas de Lula.

Durante a campanha e após tomar posse, o petista tem repetido que não olha a filiação partidária de deputados, senadores e governadores para repasse de verba e parcerias.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330>

Lula libera R\$ 5,3 bi em emendas Pix em meio a votação da reforma

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou o pagamento de R\$ 5,3 bilhões em emendas Pix anteontem, véspera da votação da **reforma tributária**. Esse tipo de recurso é indicado por deputados e senadores e enviado a Estados e municípios sem transparência e fiscalização. Com a decisão do Palácio do Planalto, o dinheiro está pronto para cair na conta das prefeituras e governos estaduais.

O montante se soma aos R\$ 2,1 bilhões empenhados pelo governo em emendas parlamentares apenas na primeira semana de julho, em meio às negociações na Câmara para aprovação da **reforma tributária**, do novo arcabouço fiscal e do projeto que altera as regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

No que se refere às emendas Pix, foi a maior liberação de emendas em um único dia. O Planalto nunca havia manuseado um volume tão grande de emendas Pix desde que o modelo foi criado, há quatro anos.

DRIBLE. A transferência dribla os órgãos de controle e não é fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O modelo caiu na graça dos parlamentares e subiu de R\$ 621 milhões em 2020 para R\$ 7 bilhões neste ano, turbinado após o fim do orçamento secreto. Hoje, a emenda Pix é usada por 86% dos deputados e senadores.

Parlamentares e prefeitos defendem esse tipo de emenda pela rapidez de pagamento.

O dinheiro é enviado sem planejamento, antes de qualquer obra ou serviço público ter sido realizado e pode ser aplicado como o município bem entender, diferentemente do que ocorre com outros tipos de emendas. Na conta da prefeitura, o recurso fica sem "carimbo" para rastreamento.

A liberação ocorreu em um momento crucial para o Palácio do Planalto, com a chegada a Brasília de diversos deputados, senadores, governadores e prefeitos para negociar a **reforma tributária**. O governo é obrigado a pagar as emendas, mas controla o momento da liberação e age para evitar um caos na articulação política.

Por um lado, o governo tenta chegar a um acordo comum com os líderes políticos para a aprovação de projetos de temas da agenda econômica. Ao mesmo tempo, tenta conter o Centrão.

O grupo comandado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cobiça até o controle do Ministério da Saúde.

RISCOS. Especialistas apontam falta de fiscalização e risco de desvios. Conforme o Estadão revelou, a emenda Pix já foi usada para realização de shows sertanejos em cidades sem saneamento, asfalto e emprego e bancou gastos irregulares no meio da campanha eleitoral, deixando a população sem investimentos.

O método dos congressistas continua o mesmo em 2023: dinheiro concentrado em redutos eleitorais, sem critério de distribuição, sem equilíbrio entre municípios e privilegiando parentes. Arthur Lira, por exemplo, colocou R\$ 500 mil na prefeitura de Barra de São Miguel (AL), governada pelo pai, Benedito de Lira (PP). Valdir Rossoni (PSDB-PR) destinou R\$ 16 milhões para Birutina (PR), onde o filho, Rodrigo Rossoni (PSDB), é prefeito.

Após a revelação do uso da emenda Pix, o governo exigiu neste ano que as prefeituras apontem onde pretendem aplicar o dinheiro. As indicações feitas, no entanto, são genéricas, como "saúde" e "infraestrutura urbana", sem a apresentação de projetos específicos.

Além disso, não há exigência de prestação de contas após o uso do dinheiro, o que colocou órgãos de controle em alerta.

O TCU ficou fora da fiscalização e decidiu que o acompanhamento dos gastos cabe aos tribunais locais, nos Estados e municípios, onde vários órgãos são ocupados por parentes de políticos. O tribunal ainda estuda uma norma para determinar como se dará a fiscalização.

Enquanto isso, o dinheiro é gasto. Em quatro anos, a emenda Pix já totalizou R\$ 13 bilhões.

Dinheiro rápido

R\$ 13 bi foi a quantia liberada em emendas Pix desde a entrada em vigor do mecanismo

R\$ 7 bi foi o total distribuído apenas este ano, valor turbinado após o fim do orçamento secreto

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Lula libera R\$ 5,3 bi em emendas Pix em meio a votação da reforma

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Não há data para votar projeto do Carf, diz Lira

O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse ontem que não há data para a votação do projeto que retoma o "voto de qualidade" no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, tribunal que julga conflitos tributários, como a aplicação de multas pela Receita.

O projeto é de interesse do Planalto, pois pode gerar receita. O "voto de qualidade", que desempata os julgamentos, foi extinto em 2020 pelo Congresso. Contribuintes se queixavam que quase sempre o governo era vitorioso.

Com o seu fim, o empate passou a favorecer o contribuinte.

Conforme o sindicato dos auditores, com o desempate a favor dos contribuintes, o governo deixou de arrecadar R\$ 25,3 bilhões no ano passado.

Em janeiro deste ano, o governo retomou o dispositivo por meio de medida provisória (MP), mas a MP caducou e o governo teve de enviar ao Congresso um projeto de lei com o mesmo teor.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Não há data para votar projeto do **Carf**, diz Lira

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Carf e arcabouço atrasam, mas Haddad mantém otimismo

RENAN MONTEIRO

A **Reforma Tributária** acabou passando à frente das outras duas pautas econômicas que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prometeu aprovar ainda esta semana: o projeto que altera a regra sobre disputas tributárias no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e o que substitui o teto de gastos por um novo arcabouço fiscal.

Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estava otimista ontem sobre a possibilidade de os projetos serem votados ainda hoje: -Quem tem que ver regimentalmente se cabe tudo em dois dias (ontem e hoje) é o presidente e os líderes. Mas, até a ideia de colocar em votação virtual (quando parlamentares acompanham sessão e votam remotamente), para quem tinha marcado volta para sua base, eu acho que favorece a possibilidade de votar.

O ministro deu a declaração à tarde, quando teve um encontro com Lira e lideranças partidárias, poucas horas antes da votação da **Reforma Tributária**, segundo ele para tirar dúvidas dos parlamentares.

Pelo cronograma inicial, Lira queria votar nesta semana o projeto do **Carf** (que tranca a pauta da Casa), o arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária**.

Agora, o cenário mais provável é que pelo menos o arcabouço fique para agosto, depois do recesso parlamentar.

O projeto do **Carf** é considerado pela equipe econômica uma peça importante para elevar a arrecadação e viabilizar o novo marco das contas públicas.

O governo enviou ao Congresso um projeto de lei para regulamentar o chamado voto de qualidade para a União nos julgamentos administrativos de recursos de contribuintes, principalmente empresas, que questionam autuações e cobranças de **impostos** pela **Receita Federal**. Na prática, garante ao governo vitória em disputas tributárias que terminem empatadas no **Carf**, que tem representantes do Fisco e dos contribuintes.

O texto já está pronto para votação e aguarda a definição das lideranças partidárias na Câmara, mas sofre resistências de setores influentes no Parlamento, como o agronegócio.

Haddad ontem elogiou o texto do relator, Beto Pereira (PSDB-MS), que incluiu condições favoráveis de pagamento para quem sair derrotado em desempates pelo voto de qualidade da União.

-O texto está fechado com uma ampla margem de apoio.

Quando você aperta a mão, acabou. Apertou a mão, encerrou na política, não tem mais volta -afirmou Haddad, repetindo que não vê obstáculo à votação do projeto hoje. -Todo mundo está preparado para votar. Nós temos tido sucesso nas votações, temos superado 350 votos, beirando os 400. Eu não acho que será diferente nesses casos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"APERTO A MÃO"

A passos cambaleantes: a revolução tributária - OPINIÃO JURÍDICA

Luciana Aguiar é advogada, contadora e economista, sócia do ALMA Law, professora da FGV e conselheira fiscal do Instituto Gesto

A Justice da Suprema Corte Americana, Ruth Bader Ginsburg, foi um exemplo de resiliência. É dela a frase "a mudança real, a mudança duradoura, acontece um passo de cada vez" citada aqui para lembrar que alterar a dinâmica do complexo relacionamento entre Fisco e contribuinte é um desses desafios, que precisa ser feito passo a passo.

Há quem acredite que essa relação tenha que ser de antagonismo ou que a confiança justificada signifique o compromisso em concordar com todas as interpretações e "revelar" todos os "planejamentos tributários". Mas isso está longe de ser verdade.

Relacionamentos de longo prazo devem ter alicerces sólidos, que construam pontes resistentes a intemperes, o que é especialmente difícil se houver um histórico desfavorável ao entendimento. Por isso é essencial ser estratégico e cuidadoso para que o caminho seja mais de passos para frente do que para trás.

Ao fim de 2020, a **Receita Federal do Brasil** (RFB) destacou uma equipe extraordinária para construir o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia). Convencidos de que a construção conjunta seria a maneira de garantir o seu êxito, a **RFB** convidou os contribuintes que aderiram com entusiasmo.

Nesses mais de 2 anos, o Confia foi premiado e vem construindo uma curva de conhecimento mútuo, base para um relacionamento no qual o "ganha-ganha" é o objetivo e "concordar em discordar" pode ser realidade.

Mas o caminho é tortuoso e muitas vezes nos deparamos com obstáculos inesperados. O Projeto de Lei nº 2.384 que prevê que a **RFB** possa estabelecer programas de conformidade tributária é um exemplo disso.

O projeto estabelece, ao contribuinte bem classificado, algumas "vantagens" condicionadas a contrapartidas como a declaração voluntária "de atos ou negócios jurídicos relevantes para fins tributários para o qual

não haja posicionamento prévio da administração tributária".

Do mesmo jeito o Projeto de Lei Complementar nº 17/2022 apresenta, esse mesmo tipo de proposta.

Inaugurar o tema "programa de conformidade" condicionando-o a declaração de atos controvertidos demonstra incompreensão acerca do longo caminho a ser trilhado antes que esse tipo de exigência seja colocada na mesa.

Não se começa uma maratona pela linha de chegada! Há de se ter coerência nas ações para que a confiança nasça, cresça, prospere e se torne uma realidade. Na relação tributária existe uma assimetria a favor do Fisco, logo, cabe a ele ter a grandeza de dar os primeiros passos, preferencialmente em uma única direção.

Esses "passos" devem contemplar providências como estabilizar as regras, criar soluções alternativas ao conflito (antes que eles se instalem), orientar, simplificar as obrigações acessórias buscando a perspectiva de quem as preenche, de forma a melhorar a percepção de justiça e segurança na relação tributária. Muitos desses elementos essenciais para a promoção da conformidade são realidade em países membros da OCDE, que assim garantiram um ambiente mais favorável a implementação dos programas de conformidade.

Sabe-se que nem tudo está ao alcance da administração tributária, mas muito pode ser feito. Simplificar os módulos do SPED, reduzindo duplicidades e/ou transportando automaticamente informações, por exemplo, seria uma maneira eficiente de demonstrar que a administração é sensível aos desafios dos contribuintes.

Esse processo poderia contar com a participação dos contribuintes, o que traria oportunidade de estabelecer diálogos propositivos e conhecimento mútuo.

Adicionalmente, exigir conformidade exige avaliar o contexto no qual o contribuinte toma suas decisões e o nosso é cheio de dubiedades. Por fim, não se pode esquecer dos incentivos negativos constantemente gerados pelo poder público, como a demora na resolução de grandes causas e a forma como são

definidas as modulações de efeitos.

É relevante lembrar que construir confiança requer compromissos e ações de ambas as partes, o que não é nem fácil, nem rápido. O processo deve ser dar passo a passo, sendo que a ordem desses passos importa. Logo, antes de nos apressarmos, temos que tornar o nosso ambiente mais alinhado ao dos países que já percorreram esse caminho e as palavras-chaves são "simplificar" e "orientar" para facilitar a conformidade.

Isso sim comunicará a transformação que se deseja.

As demandas impraticáveis mandam sinais trocado no atual contexto. Tratar de incentivos à conformidade no mesmo projeto da controversa discussão do "voto de qualidade do **Carf**", remete ao antagonismo e à prevalência do poder coercitivo, portanto, é algo contraditório com o paradigma que sustenta a conformidade voluntária.

Ainda há tempo de corrigir a rota e voltar a avançar na direção de um novo paradigma de relacionamento entre Fisco e contribuinte, isso sim será a melhor **reforma tributária** que o Brasil poderá ter.

A OCDE reforça a importância do incentivo à conformidade por ser uma via que favorece o Estado, aumentando a eficiência na atividade de arrecadação, ao mesmo tempo que ajuda os contribuintes reduzindo custos que decorrem de retrabalho ou erros involuntários e estudos empíricos comprovam isso.

A base de qualquer melhora no nosso ambiente tributário está na reconstrução da relação Fisco e Contribuinte. Só assim produziremos a mudança real e duradoura que tanto desejamos.

Luciana Aguiar é advogada, contadora e economista, sócia do ALMA Law, professora da FGV e conselheira fiscal do Instituto Gesto

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

A passos cambaleantes: a revolução tributária

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187596>

Reforma tributária: Haddad diz que Lira foi grande liderança e só extremistas se opuseram ao texto

Por Lais Carregosa, g1 - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira (7) que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi uma grande liderança na aprovação da reforma tributária pelos deputados.

Ainda segundo Haddad, só os extremistas se opuseram ao texto aprovado em dois turnos na madrugada de quinta (6) para sexta. Os deputados voltam ao plenário nesta sexta para analisar quatro destaques - sugestões de mudanças em trechos específicos do texto.

A condução do presidente Artur Lira foi muito republicana. Ouviu todo mundo, só colocou na pauta quando tinha segurança de que tinha conseguido quase um consenso, só os extremistas quiseram demarcar [posição], mas não foi suficiente para impedir o placar absolutamente expressivo da vontade nacional. Quase 400 votos, num tema tão delicado quanto esse, imagina o esforço espiritual de cada um de nós para atingir esse objetivo, declarou.

Haddad comemorou a aprovação, vista como uma vitória do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no parlamento. O texto-base foi aprovado em primeiro turno com 382 votos favoráveis - número bem acima dos 308 necessários para uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Senti que as pessoas estavam genuinamente abertas ao diálogo porque sabem a importância da reforma para o Brasil. Já recebi telefonemas de senadores elogiando o texto da Câmara. A votação [no Senado] deve acontecer no segundo semestre, vamos ver se votamos **Carf** hoje para liberar a pauta, declarou ao chegar ao ministério.

O projeto citado por Haddad, enviado pelo governo Lula ao Congresso, prevê que o Executivo volte a ser beneficiado em caso de empates em julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, instância de recursos sobre temas ligados à Receita Federal.

Até a manhã desta sexta, ainda não havia consenso

para aprovar o texto em plenário. O projeto foi incluído por Lira na lista de temas da supersemana de esforço concentrado, mas as negociações dos últimos dias ainda não geraram um texto de consenso.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-haddad-diz-que-lira-foi-grande-lideranca-e-so-extremistas-se-opuseram-ao-texto.ghtml>

Governo terá de jogar fichas mais pesadas no próximo capítulo da agenda econômica

Por *Julia Duailibi*

LEIA TAMBÉM:

A próxima pauta econômica do governo na Câmara dos Deputados demandará um esforço maior para aprovação. O Palácio do Planalto terá de melhorar a liberação de emendas e negociar espaços numa eventual **reforma ministerial** se quiser ver aprovados os projetos de lei do **Carf** e do arcabouço fiscal.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2023/07/07/governo-tera-de-jogar-fichas-mais-pesadas-no-proximo-capitulo-da-agenda-economica.ghtml>

Diferentemente da **reforma tributária**, que contou com um esforço pessoal do presidente da Câmara, Arthur Lira, com apoio de setores do **PIB** e até com a adesão do governo paulista, as duas próximas matérias no radar da equipe econômica encontram maior resistência dos parlamentares - e a resistência não é necessariamente de mérito.

Como o interesse não é o mesmo que o reforma da tributária, eles aproveitam as propostas para mandar os recados e negociar com o Planalto.

O projeto do **Carf**, por exemplo, vai na contramão do que havia sido aprovado pelo próprio Congresso na gestão Bolsonaro: a extinção do voto de qualidade, que agora volta no relatório a pedido da Fazenda. A aprovação da matéria é estratégica para o governo, dado o potencial de incremento da arrecadação, mas não desperta a mesma urgência no Parlamento.

Deputados têm mandado recados ao Planalto dizendo que, para haver o empenho, o governo precisa trabalhar mais. Isso significa a liberação de emendas e, também, a negociação para a ocupação de cargos.

Partidos como União Brasil e Republicanos demandam uma **reforma ministerial** para ocupar espaços que passam pelo Turismo, pela pasta do Esporte e, também, pelo Desenvolvimento Social.

Até na Fazenda há a avaliação de que o governo tem de aprimorar, via ministérios, a liberação dos recursos para conseguir emplacar sua próxima pauta.

Só com a votação do **Carf** é que se pode votar a nova regra fiscal (que voltou para a Câmara após a aprovação no Senado) - o **Carf** tranca a pauta de qualquer outra matéria, menos as propostas de emendas à Constituição, o caso da **reforma tributária**.

Reforma Tributária: Haddad diz que proposta não terá 'grande dificuldade no Senado'

Por Renan Monteiro - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira que haverá um caminho mais fácil para a **Reforma Tributária** no Senado. Na noite de ontem, em uma decisão histórica, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da primeira grande modificação no sistema de impostos do país em 58 anos.

- Foi feita muita negociação. As pessoas estão genuinamente abertas ao diálogo. Já recebi telefonema de senadores elogiando o texto - diz. Questionado sobre possíveis alterações no Senado, ele respondeu: - Vamos avaliar. Eles estão se sentindo muito contemplados pelo texto aprovado (na Câmara). Eu acredito que não vamos ter grandes dificuldades no Senado.

Haddad também elogiou a atuação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como uma grande liderança na aprovação da reforma tributária pelos deputados.

Outra proposta em discussão na semana é o projeto que altera a regra sobre disputas tributárias no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O governo federal enviou para o Congresso um PL para regulamentar o chamado voto de qualidade. Na prática, esse mecanismo garante à União vitória em disputas tributárias que ficam empatadas no conselho que reúne representantes do Fisco e dos contribuintes.

O texto já está pronto para votação e aguarda a definição das lideranças partidárias na Câmara.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-haddad-diz-que-proposta-nao-tera-grande-dificuldade-no-senado.ghtml>

Lula pede a Lira que vote Carf e marco fiscal nesta sexta-feira

Por Fabio Murakawa, Valor - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve conversar na manhã desta sexta-feira com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) para pedir que ele coloque em votação ao longo do dia de hoje o arcabouço fiscal, o projeto que dá ao governo voto qualificado em caso de empate em julgamentos do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo uma fonte do primeiro escalão do governo, a conversa entre os dois deve acontecer por telefone. Além de "ressaltar a importância da continuidade da votação do **Carf** e do arcabouço", disse a fonte, Lula agradecerá a Lira pela aprovação da **reforma tributária**, cuja votação avançou pela madrugada desta sexta.

A conclusão da tramitação do arcabouço, que foi modificado no Senado e por isso retornou à Câmara, e a aprovação do PL do **Carf** são prioridade para o Planalto. Mas ontem Lira sinalizou que a votação dessas duas pautas pode ficar para agosto, ao priorizar a **reforma tributária**. A apreciação dessas matérias, se ocorrer, será de maneira remota, uma vez que a maioria dos deputados já viajou para suas bases nos Estados.

O contato entre Lula e Lira acontece em meio a movimentos do governo para angariar apoio entre partidos do Centrão e construir uma base mais sólida no Congresso.

Um importante passo nesse sentido foi dado nesta quinta-feira, quando o governo confirmou a saída de Daniela Carneiro do Ministério do Turismo para dar lugar ao deputado Celso Sabino (União-PA). Ela pediu desfiliação do União Brasil, que passou a reivindicar o posto.

Entretanto, Daniela permanece no cargo até que haja uma conversa de Lula com lideranças do partido no Congresso, que deve ocorrer nos próximos dias.

A princípio, esse encontro aconteceria na sexta-feira. Mas isso não será possível, disse a fonte, porque o senador Davi Alcolumbre (AP) e o líder do partido na Câmara, Elmar Nascimento (BA), estão fora de

Brasília. Também participarão o presidente da legenda, deputado Luciano Bivar (PE), e Celso Sabino.

Segundo fontes do Planalto, o União Brasil pressiona para ter o Ministério do Turismo com "porteira fechada". Em outras palavras, quer autonomia para indicar os principais cargos ligados pasta, como a presidência da Embratur. O posto hoje é ocupado pelo ex-deputado Marcelo Freixo, que recentemente se filiou ao PT.

O partido também reivindica a presidência dos Correios, que fica no guarda-chuva do Ministério das Comunicações, cujo titular, Juscelino Filho, também é do União Brasil.

Lula, no entanto, já sinalizou a aliados que não pretende atender esses dois pedidos neste momento.

Lula também negocia com o PP e o Republicanos, além da fração não-bolsonarista do PL. Em jogo, além de cargos do segundo escalão, estão pastas como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que detém um dos maiores orçamentos da Esplanada, e o Ministério dos Esportes.

O MDS é comandado por um aliado histórico de Lula, o ex-governador petista do Piauí e senador licenciado Wellington Dias. Cedê-lo ao Centrão é uma escolha difícil para o presidente, uma vez que a pasta é responsável pelo Bolsa Família, bandeira histórica de Lula e do PT.

O Ministério dos Esportes hoje tem como titular a ex-jogadora de voleibol Ana Mozart, que foi uma escolha pessoal do presidente.

Uma definição sobre novas mudanças na Esplanada e as negociações com esses partidos deve ficar para depois do recesso parlamentar, a partir de agosto.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/07/lula-pede-a-lira-que-vote-carf-e-marco-fiscal-nesta-sexta-feira.ghml>

Centrão mira reforma ministerial mais ampla e Lula sinaliza que pode ceder espaços do PT

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto, Valor - Brasília

Em meio a espera pela indicação do deputado Celso Sabino (União-PA) para o Ministério do Turismo, partidos do Centrão já fizeram chegar ao Palácio do Planalto a avaliação que "mudanças pontuais" não serão suficientes para fortalecer a base do governo no Congresso.

O grupo demonstrou disposição em aguardar para o que chamam de "solução coletiva", ou seja, uma **reforma ministerial** mais ampla que contemplasse outras legendas do bloco: além de União, PP e Republicanos também deveriam ser agraciados com postos no primeiro escalão.

Diante da demanda, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mandou recado às siglas que pode ceder espaços atualmente ocupados por quadros do PT. Fontes relataram que o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), foi o responsável por avisar o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), sobre essa disposição do chefe do Poder Executivo em abrigar nomes de partidos de centro na Esplanada.

Interlocutores de Lira defendem que apenas uma reforma mais ampla pode deflagrar uma adesão mais expressiva de parlamentares do centro à base aliada do governo no Congresso.

Ainda que integrantes do União Brasil sigam acreditando que a substituição da ministra do Turismo, Daniela Carneiro, por Sabino será formalizada nesta sexta-feira, a perspectiva de uma reforma mais ampla mudou o sentimento de integrantes do Centrão. Alguns passaram a apostar que as trocas saiam do papel apenas durante o recesso parlamentar ou até mesmo em agosto.

A ofensiva do Centrão por essa solução coletiva ocorre em meio às dificuldades do governo de conseguir a aprovação de medidas consideradas prioritárias pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), como o projeto do novo arcabouço fiscal e a proposta que prevê a retomada do voto de qualidade no Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (**Carf**).

Com o adiamento da conclusão da votação dos destaques da **reforma tributária** para hoje, a

expectativa é que as votações fiquem apenas para quando os parlamentares retornarem das férias.

Governistas pontuam que Lula avalia entrar em campo ainda hoje e telefonar para Lira para tentar garantir que os textos sejam apreciados antes do recesso. Um obstáculo para que a eventual ofensiva surta efeito é que os relatórios de Cláudio Cajado (PP-BA) e Beto Pereira (PSDB-MS) ainda são desconhecidos.

Líderes do União tem reforçado a integrantes do governo que preferem que Sabino receba o Turismo "de portas fechadas", ou seja, com direitos a mudar completamente a composição da pasta. Isso incluiria a substituição de Marcelo Freixo (PT-RJ) no comando da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). Lula já demonstrou resistência com a eventual saída de Freixo.

Diante disso, expoentes do partido de Luciano Bivar (União-PE) externaram a preferência por uma reforma mais ampla, que contemplasse a partidos aliados, como o PP e o Republicanos.

Além de emplacar Sabino à frente do Turismo, o União poderia ocupar postos de segundo e terceiro escalão de pastas comandadas por outras legendas, principalmente as do PT.

Enquanto o PP poderia herdar o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que hoje está nas mãos de Wellington Dias (PT-PI), um nome do Republicanos pode assumir o lugar de Ana Moser no Ministério do Esporte.

Além disso, a Fundação Nacional da Saúde e a Caixa também estariam a mira do Centrão caso Lula decida tirar do papel a reforma mais ampla.

Aliados do Planalto avaliam que a eventual dança das cadeiras pode contribuir não apenas para uma ampliação da base governista como também tem potencial de destravar a apreciação de matérias importantes para Haddad e para a equipe econômica.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/07/centra-o-mira-reforma-ministerial-mais-ampla-e-lula-sinaliza-que-pode-ceder-espacos-do-pt.ghtml>

PL do Carf só deve ir a plenário em agosto

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro - De Brasília

O vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP), afirmou nesta quinta-feira que as votações do projeto de lei do Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (**Carf**) e da proposta do novo arcabouço fiscal ficarão para agosto.

Enquanto o plenário apreciava a **reforma tributária**, Pereira admitiu a jornalistas que a análise dos dois textos, que são considerados prioritários pelo governo federal, será adiada para depois do recesso parlamentar.

A informação contraria o desejo do governo que trabalhou durante todo o dia para viabilizar a votação da proposta nesta sexta-feira.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), passou a quinta-feira empenhado em negociações com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários. O relator do projeto, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), acolherá emendas para contemplar a bancada ruralista, como a não execução de garantias antes do trânsito em julgado nos processos.

A aprovação do projeto de lei do **Carf**, segundo o governo, é importante para ampliar a arrecadação no segundo semestre e buscar viabilizar o plano de investimentos e gastos para 2024 - que dependerá, por causa do novo arcabouço fiscal, do incremento de receitas este ano.

Havia a expectativa de que a aprovação da **reforma tributária** viabilizaria a votação do PL do **Carf** nesta sexta-feira. O que não deve ocorrer, segundo o vice-presidente da Câmara, a despeito dos esforços de Lira e Haddad.

O ministro da Fazenda costurou acordo com a bancada ruralista, que tinha se posicionado contra a volta do voto de qualidade no **Carf** - regra em que o representante da Receita desempata os julgamentos. Além de criar benefícios para as empresas caso ocorra empate, o ministro concordou com sugestões deles sobre a execução de garantias e julgamentos de litígios envolvendo cooperativas.

Os partidos também estavam alinhados ao projeto, mas um impasse em torno da nomeação do deputado Celso Sabino (União-PA) para ministro do Turismo pode dificultar o apoio do partido. O vai-e-vem

desagradou integrantes da bancada.

Haddad preferiu não se envolver na briga entre advogados públicos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e auditores da **Receita Federal**. Os integrantes do Fisco convenceram o relator a incluir a possibilidade de que a Receita negocie descontos para o pagamento de débitos ainda não inscritos na Dívida Ativa da União - fase em que a cobrança e negociação de benefícios para quitação é feita pela PGFN..

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

PL do **Carf** só deve ir a plenário em agosto

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/07/pl-do-carf-so-deve-ir-a-plenario-em-agosto.ghtml>

Indicação na Previ

(Juliana Schincariol)

O Banco do Brasil indicou Claudio Gonçalves como novo diretor de investimentos da Previ, fundo de pensão dos funcionários da instituição, apurou o Valor. O executivo será o substituto de Denísio Liberato, que deixou a fundação na semana passada para assumir a presidência da BB Asset. Procurada, a Previ confirmou a indicação, que foi ratificada pelas instâncias de governança do fundo de pensão.

Para que assuma o cargo, ainda é necessária habilitação da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc).

Gonçalves tem mais de 20 anos de carreira no banco e atualmente tinha um cargo como chefe das operações do BB em Miami, nos EUA.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187596>

STF analisa equiparar licença paternidade à maternidade; custo pode chegar a R\$ 17 bi

Por Luísa Martins e Marcelo Ribeiro - De Brasília

Em avaliação no Supremo Tribunal Federal (STF), a equiparação da licença-paternidade à licença-maternidade, atualmente fixada em quatro meses, pode ter impacto fiscal de até R\$ 17,5 bilhões para 2025 - dos quais R\$ 5,2 bilhões custeados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e R\$ 12,3 bilhões, pelas próprias empresas,, que hoje antecipam o pagamento do benefício e abatem o valor dos encargos.

O julgamento do caso foi retomado na semana passada, em sessão virtual que vai até o dia 3 de agosto. Quatro ministros - Edson Fachin, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso - já votaram para reconhecer que o Congresso Nacional está sendo omissos na regulamentação do benefício concedido aos homens que se tornam pais.

A licença-paternidade está prevista na Constituição Federal de 1988, mas, desde lá, o Poder Legislativo nunca aprovou norma que estabelecesse um prazo definitivo. Os dispositivos de transição preveem que, nesse vácuo, a licença para os homens seja de cinco dias.

Em maio do ano passado, o Supremo decidiu, por unanimidade, estender a licença-maternidade de 180 dias (120 da lei, prorrogáveis por mais 60, a depender da adesão das empresas) a qualquer servidor federal que seja pai "solo". Mas a discussão pendente é mais ampla - e não abrange apenas o setor público, nem somente as famílias monoparentais.

O caso chegou à Corte em 2012, mas só começou a ser julgado em 2020. Na ocasião, Fachin, Toffoli e Gilmar reconheceram a morosidade do Congresso e sugeriram estabelecer prazo de 18 meses para que os parlamentares resolvessem a questão. Já o relator, ministro Marco Aurélio, aposentado em 2021, divergiu.

O julgamento foi interrompido por pedido de vista de Barroso. Ele só devolveu o caso à pauta no último dia 15 de junho, e a sessão virtual foi marcada para começar no dia 30 de junho. O ministro também votou para reconhecer a omissão do Congresso.

Avanço é avanço e vamos no limite do que é possível dado o contexto político"

- Tabata Amaral

Embora o Legislativo, em quase 35 anos, nunca tenha aprovado lei nesse sentido, o assunto está em análise pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados - o comitê encomendou em maio um relatório de impacto financeiro para a hipótese de equiparação entre as licenças concedidas a homens e mulheres. O Valor teve acesso ao documento.

Para realizar o estudo, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara projetou, para os próximos três anos, o quantitativo mensal de nascimentos ou adoções e o valor médio mensal do salário-paternidade, considerando todos os cenários sugeridos pelo grupo de trabalho (GT): 20, 30, 60, 120 e 180 dias (ver quadro acima).

O relatório também alerta para a necessidade de que o projeto de lei aponte a fonte de custeio e outras medidas de compensação - por exemplo, elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo e majoração ou criação de **tributos** -, já que haverá aumento de despesa pública.

No Supremo, a tese que está com mais força é a da licença de 120 dias tanto para mães, quanto para pais. Fachin, por exemplo, diz que a equiparação deve prevalecer desde agora, e por pelo menos 18 meses, até o Parlamento editar a lei. Já Barroso propôs outra solução: fixar o prazo e, caso a omissão prossiga após esse período, determinar automaticamente a equivalência.

Na prática, se esse entendimento prevalecer, significa que os pais terão o mesmo direito das mães: sair de licença até um mês antes da data prevista para o parto e permanecer afastado do trabalho por 120 dias, prorrogáveis por mais dois meses, caso a empresa integre o Programa Empresa Cidadã.

A licença-paternidade, em discussão no STF, é diferente da licença-parental, que é debatida no Congresso. Essa última, que existe em cerca de 50 países, mas ainda não no Brasil, é compartilhada entre os responsáveis pela criança e pode ser até dividida, de forma que cada um se afaste do trabalho em um determinado período.

Autora da ação no Supremo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS) alega que não deve existir distinção entre pai e mãe quanto ao poder parental - e que a demora do Congresso viola o princípio da dignidade humana, o melhor interesse da criança e o direito à convivência familiar.

Para Fachin, é "evidente" a morosidade do Legislativo. "Passados mais de 30 anos da promulgação da Constituição, não pode ser considerado suficiente o disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Todos os cidadãos brasileiros, indistintamente, devem gozar do direito fundamental à licença-paternidade", escreveu, no voto.

Barroso diz que a regra transitória é insuficiente para suprir a omissão. Ele apontou que os cinco dias "não refletem a evolução dos papéis desempenhados por homens e mulheres na família e na sociedade, nem a compreensão atual sobre o conteúdo e a extensão do direito à igualdade, em especial, à igualdade de gênero".

Toffoli e Gilmar também entendem que há omissão, mas seus votos ficaram restritos ao estabelecimento do prazo de 18 meses, sem determinar a equiparação - nem nesse meio tempo, nem posteriormente.

O único a discordar, até agora, é Marco Aurélio. Segundo o ministro, como os cinco dias estão em vigor na Constituição, não há lacuna normativa, "pouco importando a passagem do tempo". Como ele já votou, o ministro André Mendonça, que o substitui, não tem voz no julgamento.

Enquanto discussão no Supremo está em aberto, a coordenadora do grupo de trabalho na Câmara, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), está otimista sobre a eventual aprovação da licença-paternidade em plenário, ainda neste ano, mas não nos moldes considerados ideais sob a ótica da igualdade de gênero.

Ao Valor, a parlamentar admitiu que, dada a composição atual do Congresso, será difícil implementar licenças maiores e de igual duração para homens e mulheres. "Avanço é avanço e vamos no limite do que é possível, dado o contexto político hoje. Estamos tentando entender o que pode unir diversos grupos e quais os destravamentos possíveis em termos de financiamento, para conseguir um texto viável", disse ela.

Uma das autoras da proposta que prevê a criação do Estatuto da Parentalidade, a deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP) também entende que o Congresso tem sido omisso para tratar do tema - e defendeu que o Supremo estabeleça prazo para que o Legislativo

analise textos dessa natureza.

"Quem sabe com essas discussões no Supremo a gente consiga coletar assinaturas para um requerimento de urgência, para acelerar a tramitação. É uma oportunidade para que façamos nosso papel", concluiu Sâmia.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
STF analisa equiparar licença paternidade à maternidade; custo pode chegar a R\$ 17 bi

Site: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/07/07/stf-analisa-equiparar-licenca-paternidade-a-maternidade-custo-pode-chegar-a-r-17-bi.ghtml>

Lula: texto é o possível, não o ideal

Cláudio Ribene/PR



Presidente lembrou que a última reforma tributária no país foi realizada ainda durante a ditadura militar

Victor Correia Edla Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou, ontem, que o modelo da **reforma tributária** elaborado não é o que ele nem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad - principal articulador do governo - desejavam. Enfatizou, porém, que foi aquela possível de ser construída.

"Estamos fazendo (a reforma) num regime democrático, negociando com todos. Não é o que cada um de vocês deseja, não é o que Haddad deseja e não é o que eu desejo, mas tudo bem. Não somos senhores da razão. Temos que lidar com a relação de forças que está no Congresso Nacional. Os deputados que estão lá, bem ou mal, foram escolhidos pela sociedade brasileira, portanto merecem tanto respeito quanto eu e o Alckmin", acrescentou Lula.

Lula enfatizou que esta é a primeira alteração no sistema de **impostos** realizada durante regime democrático brasileiro.

Observou, ainda, que o governo dialogou com os diferentes atores envolvidos para que o texto fosse construído.

"É a primeira vez na história da democracia que a gente faz uma **reforma tributária** no regime democrático. A última que nós tivemos foi no regime militar", salientou, durante o evento de relançamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que estava com as atividades paradas desde 2015.

Haddad, por sua vez, após uma tarde de intensa negociação na residência oficial do presidente da

Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), relatou que a negociação foi toda no sentido de que o texto levado ao plenário pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), se aproximasse ao máximo do consenso. "Avançamos muito, dirimimos muitas dúvidas, afastamos alguns fantasmas que estavam assombrando (os líderes), como impacto inflacionário ou aumento no preço dos alimentos. Mostramos cálculos precisos para demonstrar que estamos seguros em relação aos passos que estamos dando", afirmou.

O ministro recordou que a última **reforma tributária** no país foi feita há 58 anos, durante a ditadura, como lembrou Lula.

"Desde a constituinte, que não enfrentou o tema, estamos aguardando este momento", comentou, acrescentando que as discussões não abriram espaço para paixões políticas, pois era uma necessidade.

"É o país que está pedindo (a **reforma tributária**), não tem a ver com um governo ou com outro.

Tem a ver com uma necessidade imperiosa de a economia avançar.

A nossa produtividade é muito baixa porque os **tributos** atrapalham muito a maneira como estão organizados", frisou.

Industrialização

Para o presidente, a reforma alavancará a retomada industrial do país. Ao comentar dados apresentados pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, sobre a desindustrialização, Lula enfatizou que é preciso voltar a investir no setor.

"Quanto tempo perdemos? E quantas oportunidades? Conheci um empresário que herdou uma fundição do pai, há 40 anos, e a fundição continua do mesmo jeito.

Ele não investiu nem um centavo em inovação", contou.

Ele lembrou que já se passaram seis meses desde que assumiu o cargo, e que o tempo passa rápido para quem está no governo.

Aproveitou, ainda, para alfinetar seu antecessor no comando do país. "Quem está chorando é o (Jair) Bolsonaro, porque três anos e meio demoram é para a

oposição", provocou.

Aos ministros, Lula cobrou mais entregas. "Cada ministro que está aqui sabe: é preciso parar de reclamar, é preciso parar de lamentar, e discutir como fazer o que vamos fazer. A única coisa impossível é Deus pecar. O resto a gente pode tudo", cobrou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/07/all.pdf>

Reforma tributária acelera o PIB

Reprodução/FreePik



Segundo o Ipea, crescimento adicional será de 2,39% até 2032

Rafaela Gonçalves

A **reforma tributária** pode gerar um crescimento adicional de 2,39% no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro entre 2026 e 2032 - em comparação com as previsões de crescimento no regime tributário atual. A projeção foi feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com a pesquisa, a reforma vai gerar acréscimo no **PIB** em 19 unidades da Federação. Duas apresentarão alta acima de 3 pontos percentuais, são elas: Minas Gerais (3,92%) e Distrito Federal (3,77%). O levantamento estima que oito estados sofram perdas com as mudanças nos sete anos de transição, a expectativa de maior retração em Roraima (-1,71%) e no Amapá (-0,93%).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pretende simplificar a cobrança dos **impostos**, medida considerada fundamental para destravar a economia e impulsionar o crescimento e a geração de empregos no país.

O estudo intitulado **Propostas de reforma tributária e seus impactos: uma avaliação comparativa**, traz um levantamento com 68 setores de atividade econômica, distribuídos nos 27 estados e no Distrito Federal, e compara com 10 países com os quais o Brasil tem relação comercial.

A análise mostra que, durante o período de transição

gradativa para o novo regime tributário, foi evidenciada a tendência de crescimento da economia brasileira.

"A proposta de reforma promove mudança estrutural em favor de setores com cadeia produtiva mais longa, com maior efeito multiplicador e, consequentemente, com maior produtividade. Assim, além de promover crescimento econômico, a reforma alinha a economia brasileira para crescer ainda mais", destacou o pesquisador João Maria de Oliveira.

O levantamento considera o primeiro texto apresentado pelo relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), em 22 de junho.

Nos últimos dias, o relator fez mudanças na proposta, que não alteram a conclusão do estudo.

Outro ponto abordado no trabalho do Ipea diz respeito ao resultado positivo para o saldo do emprego. Ainda que os ganhos sejam pequenos, há aumento de emprego mais qualificado e de maior rendimento. Os dados apontam que, com a mudança nos **tributos**, haverá ganhos reais na produtividade do trabalho, estimulando o aumento da oferta de emprego.

A adoção da reforma pode dar mais eficiência e equidade ao sistema tributário, apesar da resistência de alguns setores empresariais que ainda pedem isenção para bens essenciais", avaliou o economista Tiago Velloso, fundador da Rota Investimentos-XP.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/07/all.pdf>

Bolsonaro e Tarcísio têm primeira crise pública, e aliados avaliam sequelas



Debaixo de vaias e críticas de parlamentares do PL, Tarcísio de Freitas defende sua posição favorável à aprovação da reforma tributária. Reprodução

Carolina Linhares são paulo

Jair Bolsonaro (PL) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), expuseram uma crise pública nesta quinta (6) em meio à articulação da **reforma tributária** e no momento em que o ex-ministro é cotado como herdeiro político do ex-presidente, que está inelegível. A defesa da aprovação da reforma pôs Tarcísio na mira de Bolsonaro e de parte da bancada do PL, que entendem que essa agenda é de Lula (PT) e, portanto, deve ser combatida. O desentendimento ficou explícito em reunião do PL em que Tarcísio foi hostilizado.

Pela primeira vez, a artilharia digital do bolsonarismo se voltou contra Tarcísio, que vive a difícil missão de encabeçar uma gestão não ideológica, mas sem perder o apoio do seu padrinho Bolsonaro.

Os principais aliados de Bolsonaro, como Fabio Wajngarten e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), fizeram publicações para criticar Tarcísio, ironizando sua declaração, feita ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), de que era 95% a favor da reforma.

O governador foi chamado de traidor nas redes - diversos posts tinham uma foto sua com Lula. Tarcísio tem buscado uma relação cordial com o governo federal.

Ele está em Brasília desde terça (4) para tratar da reforma, mas sua atuação a favor da aprovação tem sido ignorada em suas redes sociais.

Na reunião do PL, ouviu de Bolsonaro que não tem experiência suficiente. Para deputados, a opinião do ex-presidente compromete a posição de Tarcísio como líder da direita para a eleição de -2026.

"O Tarcísio não tem, com todo respeito, a experiência política que muitos de vocês têm", disse Bolsonaro aos deputados ao lado do governador.

Para evitar lançar sucessor e manter-seno holofote, o ex-presidente tem dito, desde que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o tornou inelegível, que a direita tem bons nomes, mas que ele é mais experiente. Já Tarcísio também desvia da posição de presidenciável.

Após a decisão do TSE, o governador chegou a homenagear Bolsonaro em um tuíte. "A liderança do presidente Jair Bolsonaro como representante da direita brasileira é inquestionável e perdura. Dezenas de milhões de brasileiros contam com a sua voz. Seguimos juntos, presidente", disse.

No encontro de quinta, Bolsonaro disparou: "Ontem, muita gente ficou chateada com o Tarcísio, até eu".

O governador foi interrompido e interpelado pelos deputados. "Eu tô tentando explicar", disse. "Acho arriscado a direita abrir mão da **reforma tributária** porque... Tudo bem, gente, se vocês não acham a **reforma tributária** importante não vota", completou.

Para Tarcísio, a direita não pode "perder a narrativa" de ser favorável à **reforma tributária**. "Por que, se não, a reforma acaba sendo aprovada e quem aprovou?" questionou. "Vamos perder a narrativa da **reforma tributária**?", segue ele, ao que os deputados respondem "sim".

"Gente. A grande questão é construir um bom texto", disse Tarcísio. Bolsonaro, então, o interrompeu: "Se o PL estiver unido, não aprova nada" -recebendo aplausos de seus correligionários.

Nas redes, deputados bolsonaristas, como Nikolas Ferreira (PL-MG), se manifestaram contra a reforma.

"Não farei parte disso", tuitou.

Michelle Bolsonaro também cobrou voto contrário e atacou o PT na reunião. "Muitas vezes escuto as pessoas falarem que eles não estão sentindo esse espírito de oposição pelos nossos parlamentares. [...] A gente não quer ouvir que o deputado do PL é melancia", disse.

Bolsonaristas ouvidos pela reportagem dizem que é cedo para falar em rompimento entre Bolsonaro e Tarcísio, mas que o racha pode caminhar para esse desfecho. Para eles, o governador tem que aprender a ser oposição ao PT, principalmente se quiser se cacifar para a eleição presidencial. Interlocutores de Bolsonaro já vinham enumerando críticas a Tarcísio e prevendo que a lua de mel duraria pouco - cobravam sobretudo identidade do governador com a direita e críticas dele a Lula.

Auxiliares de Tarcísio admitem receio de que seu eleitorado radical o abandone, mas defendem o que veem como uma posição de diálogo do governador em prol do que ele crê ser melhor para o país.

Mas outros deputados minimizaram o episódio. Rosana Valle (PL-SP) disse que "os ânimos ficaram alterados", mas que não deve haver rupturas. "O Tarcísio quer dar o melhor como governador e defende o que acredita. Ele e Bolsonaro conversaram antes, chegaram juntos." O deputado estadual Tomé Abduch (Republicanos) disse que não houve desentendimento. "Creio que está faltando somente um pouco mais de conversa. A direita está passando por um amadurecimento positivo para todos." Marcos Pereira, presidente do Republicanos, defendeu Tarcísio e disse ao Painel que Bolsonaro está fazendo "oposição por oposição".

Alguns parlamentares dizem que Tarcísio saiu desmoralizado do encontro. O deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) foi um dos que discursaram atacando o governador.

"Um dos que mais apanhou fui eu, porque justamente estava em um dos ministérios cujo objetivo é enfrentar a esquerda. É muito mais fácil, sem nenhum demérito ao trabalho que foi feito, fazer estrada, ponte e ferrovia do que combater a esquerda", disse sobre sua atuação no Ministério do Meio Ambiente e a de Tarcísio no da Infraestrutura.

Salles afirmou ainda que "ninguém outorgou ao Tarcísio o direito de falar em nome dos deputados do PL" e que São Paulo "não tem um governo de direita".

As rusgas entre Tarcísio e bolsonaristas vêm crescendo desde sua vitória para o governo do estado

em 2022.

Apesar da cobrança de deputados radicais por cargos e participação no governo, Bolsonaro mantinha seu apoio ao afilhado e dizia ser preciso ajudar Tarcísio ante os desafios da gestão de São Paulo.

A leitura de deputados bolsonaristas é a de que Gilberto Kassab (PSD), secretário de Governo, tem influência no Palácio dos Bandeirantes, enquanto Bolsonaro não.

A série de gestos de Tarcísio ao centro e o fato de não adotar pautas da direita radical também incomodavam aliados, a ponto de gerar crises com a base do governador na Assembleia Legislativa.

Deputados fiéis a Bolsonaro, como Gil Diniz (PL), Lucas Bove (PL) e Major Mecca (PL) se ausentaram, no mês passado, na votação de empréstimos para viabilizar a implantação do Trem Intercidades, plataforma de Tarcísio. O governo chegou a não ter número suficiente de deputados na primeira tentativa de aprovar a matéria.

A **reforma tributária**, no entanto, colocou criador e criatura em lados opostos.

"O Tarcísio não tem, com todo respeito, a experiência política que muitos de vocês têm. [...] Ontem, muita gente ficou chateada com o Tarcísio, até eu" Jair Bolsonaro (PL) ex-presidente, criticando apoio de Tarcísio de Freitas à **reforma tributária**

"Acho arriscado a direita abrir mão da **reforma tributária** porque... Tudo bem, gente, se vocês não acham a **reforma tributária** importante não vota" Tarcísio de Freitas (Republicanos) governador de São Paulo, defendendo que a reforma não deve ficar como bandeira do governo Lula

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330>

Bolsonaro opera no "modo destruição" - REINALDO AZEVEDO

REINALDO AZEVEDO

Oito meses depois de derrotado nas urnas, o que restou a Jair Bolsonaro, a quem já se dispensou, até em textos que se queriam de fino trato, a condição de líder de uma guinada conservadora virtuosa, ainda que ele fosse um tanto tosco? Só a sabotagem. Qual a sua alternativa para o arcabouço fiscal ou a reforma tributária? Nada. "Os tais textos passaram vergonha?" Bem, eles nem acertam nem erram. Seus autores, sim.

O imbrochável e inelegível resumiu a complexidade do seu credo político no Twitter -transcrevo como está lá. "Não à Reforma Tributária do PT: Lula se reúne com o Foro de SP (criado em 1990 por Fidel, FARC, ...), diz ter orgulho de ser comunista, que na Venezuela impera a democracia, é amigo de Ortega que prende padres e expulsa freiras e seu partido comemorou a minha inelegibilidade. (...) Do exposto, a todos aqueles que se elegeram com nossa bandeira de "Deus, Pátria, Família e Liberdade", peço que votem contra a PEC da Reforma Tributária do lula"

É o puro chorume da lógica bolsonariana: se Lula "se reúne com o Foro de SP", então é preciso votar contra. Entenderam? Se o petista disse "ter orgulho de ser comunista", há de se combater uma proposta defendida pela quase totalidade do empresariado e por sólidas reputações liberais. Em tempo: o petista afirmou se orgulhar de que a extrema direita o chame e a seus aliados de comunistas. É coisa distinta. Mas não se espere do outro certas sutilezas...

Quando seu líder maior foi condenado sem provas, o PT não entregou os pontos e entrou no modo "resistência". O homem passou 580 dias na prisão e agora exerce seu terceiro mandato, conquistado nas urnas. Nota lateral: em entrevista ao SBT, citou o caso de Joe Biden e disse que pode se animar a disputar a reeleição, mas que é cedo para tratar do assunto. Quem, com um tantinho de juízo, diria o contrário a esta altura? Seria como dar largada à corrida sucessória no seu próprio quintal. Volto ao ponto.

O inconformismo com a condenação e a manutenção do petista como candidato foi entendida por muitos como um empecilho à ascensão de outras lideranças no campo progressista. Bem, o PT efetivamente existe. A rigor, resta como único grande partido com

vida e militância ativas, indo além de um mero ajuntamento de interesses para ocupar posições no Estado e obter benefícios.

Não sei se percebem, mas o bufão da extrema direita busca mimetizar a resiliência de seu antípoda. Ocorre que são situações brutalmente diferentes. Os lulistas organizaram uma reação de caráter democrático a desmandos de uma camarilha formada por membros do MPF e da Justiça. Tivesse abandonado aquele que caíra em desgraça, teria se desintegrado porque corresponderia a se vergar à leitura definida por seus adversários.

Que orientação tem a dar o prosélito da cloroquina a suas bases? A resposta está no Twitter. Se o sujeito se elegeu com a bandeira "Deus, Pátria, Família e Liberdade", tem de ser contra o IVA dual e a cobrança de impostos no destino... Elementar, não?

É impossível a Bolsonaro seguir os passos que levaram à ressurreição política de Lula porque, inelegível e, entendo, vislumbrando uma boa temporada na cadeia, dedica-se, de forma obstinada, à simples política da destruição. A insanidade é de tal sorte que não hesitou em jogar Tarcísio de Freitas às víboras porque este passou a defender a reforma. Liderou pessoalmente o linchamento do governador em uma reunião do PL. Ele não quer ter aliados. Só se contenta com reféns.

Tarcísio ainda tentou ponderar que a direita não pode correr o risco de sobrar na história como adversária da reforma. Inútil. No mesmo encontro, Ricardo Salles, desqualificando o mais novo alvo das milícias digitais, disse ser "mais fácil construir estradas do que enfrentar as esquerdas". E tratou "Meio Ambiente, Educação, Justiça e Cultura" como "ministérios ideológicos".

A estratégia do tal líder da "guinada conservadora"? Expor a cicatriz no abdômen e combinar com Michelle uma chorosa declaração de amor para encharcar de lágrimas o solo da reação. Na terra salgada pela mistificação, nada brota. A saída do capitalismo brasileiro, parece, é se arranjar mesmo com o "comunista", aquele do maior Plano Safra da história.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

50330

Gabriel Galípolo Lula tem 60 milhões de votos e será sempre escutado



Gabriel Galípolo
Formado em ciências econômicas e mestre em economia política pela PUC-SP, atuou na campanha de Lula em 2022 e assumiu a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda com Fernando Haddad. Antes, foi chefe da assessoria econômica da Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo e presidente do Banco Fator.

Joana Cunha e Fernando Canzian

Gabriel Galípolo, nomeado e aprovado pelo Senado novo diretor de Política Monetária do Banco Central após pesadas críticas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à política de juros capitaneada pelo chefe da instituição, Roberto Campos Neto, diz que o presidente é "o único que dá opinião tendo 60 milhões de votos".

"Se tem alguém com legitimidade para falar, é ele. Não tem ninguém mais qualificado para saber o sentido e o objetivo de cada uma das suas falas", afirma.

Questionado sobre se algumas falas de Lula atrapalham, com repercussões negativas sobre expectativas, câmbio e juros, diz: "Jamais. O presidente Lula sempre é muito importante de ser escutado".

O sr conversou com Lula após sua aprovação no Senado? Ele fez alguma recomendação? Não, até porque ele estava na Argentina para o tema do Mercosul Não tive oportunidade de conversar como presidente desde minha aprovação. Mesmo antes, em nenhum momento chegou a falar qualquer coisa relativa à minha atuação. Só fez algumas brincadeiras sobre minha saída.

De que tipo? Eu sempre brinco que o Fernando

[Haddad] queria me mandar embora porque não me aguentava mais na Fazenda. Estava aguardando a primeira oportunidade.

Recentemente, o presidente da Câmara, Arthur Lira, chegou a sugerir que o sr. ficasse no lugar de Haddad. Vi isso pela imprensa. Nunca cheguei a falar isso com o presidente. E o presidente Arthur Lira tem sido sempre um grande parceiro. Me trata melhor do que eu mereço, mas eu vi isso pela imprensa também.

No BC, como vai lidar com a Influência política. Vai ser um ponto de equilíbrio às pressões de Lula ou representante do presidente? Tem uma simbologia no fato de o presidente ter escolhido a pessoa que é provavelmente a que tem mais diálogo e interlocução com a diretoria do BC e, em especial, com Roberto Campos. Já na eleição, muito do meu papel era tentar fazer uma tradução. Tem um idioma próprio, que é o do mercado financeiro, e tem um idioma diferente da política. Não é a mesma linguagem. Tive esse privilégio de transitar um pouco pelos dois e acho que boa parte do meu trabalho era tentar reduzir ruídos e estabelecer uma comunicação mais tranquila. Acho que o meu papel passa um pouco por aí. Agora, entre o Banco Central e o governo e também o Legislativo e a sociedade.

Sua indicação veio após um período de críticas pesadas de Lula à política de juros e ao presidente do BC. Como o sr. se comportará quando o presidente fizer uma cobrança desse tipo? Até o Roberto respondeu sobre isso. E eu, no passado. O presidente tem liberdade e legitimidade para falar sobre o que quiser. De todos nós que também estamos dando opinião sobre o que queremos, ele é o único que dá opinião tendo 60 milhões de votos. Se tem alguém com legitimidade para falar, é ele. O próprio Roberto [Campos], perguntado, também respondeu isso: o presidente tem toda a legitimidade para falar sobre o que quiser. E não só pelos votos, mas é o terceiro mandato. É um político experimentado, que conhece a economia, porque ele vivenciou. Pode falar com autoridade sobre o tema.

Como vê os efeitos dessas falas dele? Acho que consegue colocar o debate público, que é um pouco a função mesmo e o desejo do presidente. Acho que essa é a relevância de estar fazendo isso. E ele tem isso como ninguém. Eu, que nunca ganhei eleição

nem para síndico de prédio, e a única que eu disputei, no centro acadêmico, perdi para o Guilherme Mello [secretário de Política Econômica da Fazenda], sou a última pessoa que vai saber dar qualquer opinião sobre a forma e o que se deve colocar objetivamente no debate. Não tem ninguém mais qualificado do que ele para saber o sentido e o objetivo de cada uma das suas falas. Tenho certeza de que está consciente disso.

Temos visto nas últimas semanas melhora do ambiente, com dólar abaixo de R\$ 5, recuperação na Bolsa, **inflação** em queda, mas não temos ainda o arcabouço fiscal aprovado nem garantias de que virão as receitas que o governo espera para fechar as contas. A que atribui essa melhora no ambiente? Tem uma questão estrutural e outra conjuntural. Na estrutural, acho que o Brasil hoje reúne vantagens comparativas em relação a seus pares de outros países para se apresentar como um caso de eleição para investimentos, tanto domésticos quanto internacionais.

Temos um cenário internacional mais desafiador e complexo do que nos últimos, porque há o que estamos chamando de reversão ou interrupção da flexibilização monetária, período em que os bancos centrais das principais economias do mundo tiveram a política monetária bastante flexível, com taxas de juros negativas e cobrando geralmente títulos de dívida ou equity para sustentar o preço daqueles ativos.

Ao fazer reversão, começam a ser reeditados problemas e estrangulamentos que pareciam ter sido afastados nos últimos anos, como estamos vendo muitos dos nossos pares, países emergentes e alguns vizinhos voltando a sofrer crise de balanço de pagamentos.

O Brasil não passa por esse problema, até por uma herança positiva de governos anteriores que começam no próprio governo Lula. É o caso das reservas internacionais do Brasil.

Do ponto de vista conjuntural, existia um ceticismo que foi sendo vencido gradativamente com uma série de medidas. Primeiro, com a PEC da Transição, a gente garante não só as medidas e recursos necessários para o programa de governo do presidente Lula, mas para o funcionamento do Estado brasileiro.

Depois, logo em 12 de janeiro, Haddad faz um anúncio de medidas que são quase de conformidade do ponto de vista tributário, mas que têm um efeito arrecadatório e que visavam justamente reduzir o déficit primário do **PIB** deste ano. Foi recebido com legítimo ceticismo, mas hoje boa parte das projeções já consideram esse déficit em torno de 1% porque foi

uma sucessão de vitórias sendo colocados.

Ajuda se o Lula falar menos de economia? Jamais. O presidente Lula sempre é muito importante ser escutado. É o presidente da República, líder com 60 milhões de votos.

E a presidência do BC? Tem expectativa de que o sr. assuma no futuro? É ocupada pelo Roberto Campos Neto, com quem vou ter privilégio de poder trabalhar. Isso é muito bom para mim.

Lula falou recentemente que quando Campos Neto deixasse o cargo gostaria de avaliar o que significa o BC independente. Como o sr. vê a autonomia? Às vezes, a gente precisa explicar bem o que significa a autonomia do BC. Talvez possa haver alguma confusão. As vezes, as pessoas ficam com sensação de que é uma autonomia do processo democrático. É uma autarquia, como várias outras, que tem autonomia técnica e operacional. O destino econômico do país é decidido nas urnas. Basta ver o quanto o debate econômico ocupa as disputas eleitorais.

O sr. vai participar da próxima reunião do Copom. Como vê as condições para redução da Selic a curto prazo? Na economia, em geral, agente esta sempre mais interpretando a interpretação dos outros e menos o que a gente realmente pensa. Em especial na posição em que estou, de quem ainda não tomou posse e de que qualquer posição que eu fale pode gerar perturbação no mercado, por isso os diretores do Copom só se manifestam através do Copom, o que eu acho que dá para ressaltar é o que está no preço hoje do mercado.

Ou seja, o que são as apostas que o mercado está fazendo sobre a curva de juros futura. A gente assiste ao cenário que como bem falou o Roberto, já é uma redução de juros, porque a redução da taxa de juros futura já promove uma referência de juros futura para uma série de financiamentos, de linhas de crédito mais baixo.

Como vê medidas que o mercado tratou como retrocesso, como a questão do marco do saneamento, da revisão da privatização da Eletrobras e reforma trabalhista? Para mim, talvez seja mais fácil falar a partir do passado, do que vivenciei. Vou usar como exemplo o arcabouço fiscal. É comum ver colegas na academia, na política e no mercado, muitas vezes com uma opinião sobre o que ele imagina melhor na sua concepção.

E o que o arcabouço é? Por que Haddad insistiu que ele fosse construído nesse rito de que a gente vai passando pelas diversas áreas, pelo Legislativo. São processos de construção de consenso e de

compreensão. Eu acho que o arcabouço é uma boa fotografia sobre a composição de forças eleita no ano passado. Então, eu acho que isso passa com todos esses outros pontos. Vai haver propostas, que vão ser negociadas e discutidas com essa composição de forças.

Quando você está do lado de lá, é normal ser mais receoso. Há teorias que ganharam até Prêmio Nobel sobre isso, porque as posições dos investidores tendem a ser um pouco mais cautelosas. É normal o ceticismo, mas conforme se gera um processo e são tomadas medidas bem recebidas, vai se ganhando credibilidade e gerando menos volatilidade e sinalizando para um cenário mais favorável à frente.

De novo, sobre o arcabouço, muita gente vê o governo otimista demais com a arrecadação. Como vê essas críticas?. Voltando ao tema das nomenclaturas, vale a pena discutir. Muito da crítica foi a de que estaria pouco voltada para o corte de gasto e mais para o aumento de arrecadação. Mas em grande medida, o que está sendo chamado de aumento de arrecadação é corte de gasto tributário. Então, precisamos tomar cuidado para não dizer que corte de gasto é só quando corto no Bolsa Família, e não quando corto em um programa que dá recursos porque é um gasto tributário.

Gasto é tudo gasto. Seja porque eu renunciei ou porque eu estou desembolsando. Essa lógica do gasto tributário deveria ser tratada também como corte de gasto. O programa está muito calcado nisso. São duas coisas: é o slogan que elegeu o presidente Lula, de colocar o super rico no imposto e o pobre no Orçamento, juntamente com a ideia de que a democracia é um valor superior. O que tem ajudado muito a agenda econômica é o fato de que existe uma disposição de fazer esse debate à luz do sol.

Além da **reforma tributária**, qual outro grande projeto seria primordial o governo levar acabo? No segundo semestre, passada essa agenda tão relevante, acho que tem duas mudanças complexas que temos de entender como enfrentar, e o Brasil tem chance de ter protagonismo.

Há uma mudança social muito relevante, as relações de trabalho mudaram, e isso impõe que pensar em uma nova rede de proteção social envolve que não vai ser possível, me parece, reproduzir o que foi feito na segunda metade do século 20, de uma sociedade industrial, onde as pessoas ficavam mais de 30 anos no mesmo emprego, com uma jornada de trabalho bem conhecida.

Essas novas relações de trabalho impõem repensar como construir uma rede de proteção social e

repensar como o Estado vai financiar isso, tanto na arrecadação quanto no gasto. E o segundo desafio a ser enfrentado é o da transição ecológica. Cada vez mais, nos programas, sejam da arrecadação ou do gasto, precisamos pensar na questão da sustentabilidade ambiental.

Ou se já, é social, econômica e ambiental. Não vai ser simplesmente pensar em geração de emprego e crescimento maior, isso também é muito importante, mas a qualidade e como isso está dentro da transição ecológica e social.

O presidente Lula é o único que dá opinião [sobre política econômica], tendo 60 milhões de votos. Se tem alguém com legitimidade para falar, é ele. Não tem ninguém mais qualificado para saber o sentido e o objetivo de cada tuna das suas falas

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50330&maxTouch=0&anchor=6479848&pd=43254f8d9818a279f08489a700d259a1>

Em movimento raro, Lira vai à tribuna para defender texto

IANDER PORCELLA GIORDANNA NEVES BRASÍLIA

Em um gesto incomum para um presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) subiu à tribuna da Casa ontem à noite para fazer uma defesa contundente da reforma tributária.

"Vamos à vitória, pelo Brasil e pelos brasileiros", declarou o parlamentar, minutos antes de dar início à votação em primeiro turno da proposta que simplifica a cobrança de impostos sobre o consumo. Lira disse que "forças acorrentadas ao passado" fazem críticas infundadas à reforma e fez um apelo pela aprovação do texto.

"Estamos vivendo um momento histórico para o País e para as nossas vidas parlamentares.

O País olha para esse plenário esperando uma resposta nossa para a aprovação de uma reforma tributária justa, neutra, que dê segurança jurídica e promova o desenvolvimento econômico e social. Não podemos nos furtar a essa responsabilidade", disse.

O presidente da Câmara disse que a reforma não pode virar "joguete político". "A Câmara dos Deputados precisa e vai cumprir o seu papel histórico!

Sairemos daqui com a cabeça erguida! Estou seguro - e transmito isso a vocês - que vamos ter o reconhecimento da nação.

Vamos escrever nossos nomes na história do Brasil e deste Parlamento. Vamos à vitória!

Pelo Brasil e pelos brasileiros!", disse.

"Não nos deixemos levar por críticas infundadas, por análises apressadas de quem nunca quis uma reforma tributária que mude a face do País.

Quando o País busca olhar para frente, surgem vozes acorrentadas ao passado. Não há um brasileiro feliz com nosso atual sistema. Todos querem um sistema tributário com justiça social, simplificado e eficiente.

Isso é a chave para uma economia que quer e vai crescer", emendou.

Lira elegeu a reforma tributária como a prioridade do

semestre.

Em janeiro, ele criou um grupo de trabalho para avançar na discussão do texto, relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

PL, partido de Bolsonaro, dá 20 votos para aprovar texto na Câmara

Dos 99 deputados do PL, 20 foram favoráveis à reforma tributária na votação do primeiro turno. A orientação do partido no plenário foi contrária à aprovação do texto.

O próprio ex-presidente Jair Bolsonaro tentou travar a reforma, que também foi discutida no seu governo.

Na sessão de ontem, o líder do PL da Câmara, Altineu Côrtes (RJ), defendeu o requerimento para adiar a votação, mas a proposta foi rejeitada pelo plenário. O Republicanos, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, deu 36 votos e 3 contrários.

O União Brasil, também de oposição, teve 48 votos a favor e 11 contrários. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SISTEMA CAÓTICO

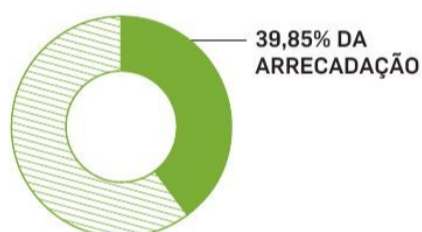
Economia brasileira tem infinidade de tributos

Qual é o problema do sistema tributário do Brasil?

O Brasil é conhecido por ter um sistema tributário injusto socialmente e caótico, o que piora o ambiente de negócios do País

Por que a reforma tributária é importante?

TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE O CONSUMO



A PROPOSTA BUSCA DAR MAIS RACIONALIDADE E SIMPLIFICAR O SISTEMA DE IMPOSTOS DO BRASIL, O QUE É CONSIDERADO FUNDAMENTAL PARA QUE O PAÍS POSSA CRESCER DE FORMA MAIS ACELERADA NOS PRÓXIMOS ANOS

Quais são os principais tributos

A reforma planeja extinguir cinco tributos. Eles serão substituídos por dois impostos

FEDERAIS

IPI (IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS)

IRPJ (IMPOSTO DE RENDA SOBRE PESSOA JURÍDICA)

COFINS (CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL)

IRPF (IMPOSTO DE RENDA SOBRE PESSOA FÍSICA)

PIS (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL)

IOF (IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS)

CIDE (CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO)

CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS)*

ESTADUAIS

ICMS (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS)

ITCMD (IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO)

IPVA (IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES)

IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS)

MUNICIPAIS

ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS)

IPTU (IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO)

ITBI (IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS)

E os outros impostos?

A mudança no sistema de tributos sobre o consumo será feita via PEC. Ou seja, será necessário o apoio de três quintos dos deputados e senadores em votação de dois turnos. Depois de promulgada, o governo terá um prazo de 180 dias para enviar a proposta de alteração nos impostos sobre a renda

*HAVERÁ TAMBÉM UM IMPOSTO SELETIVO, COBRADO COM A FINALIDADE DE DESESTIMULAR O CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS PREJUDICIAIS À SAÚDE OU AO MEIO AMBIENTE, COMO CIGARRO E BEBIDAS ALCOÓLICAS

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Habilidade regimental e mão forte na condução da votação



Lira é cumprimentado após aprovação da reforma em 1º turno

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

"Se a fala for contra, eu vou dar para outro, para não começar a tumultuar." O tom da advertência feita por Arthur Lira (PP-AL), do alto da Mesa Diretora, aos colegas no plenário, já tarde da noite da quarta-feira, revela o modo imposto pelo presidente da Câmara para fazer avançar o projeto da **reforma tributária**, que há três décadas habita a agenda do Legislativo sem ter saído do lugar.

Eram 23h30 e o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), acabara de ler a última versão do seu parecer da proposta de mudança no sistema de **impostos** do País. Mesmo tarde da noite, e com o plenário já esvaziado, o presidente da Câmara dava o tom de como conduziria o início da histórica votação da **reforma tributária**, no dia seguinte.

E avisou: "Às 11 horas em ponto (da quinta-feira), a discussão da PEC começa no plenário".

Também foi por conta da postura irredutível de Lira que não avançaram as tentativas de adiar por cinco sessões a votação.

Ele recusou os pedidos de deputados que queriam começar a votação mais adiante, para ter mais tempo de analisar as mudanças que ainda seriam incluídas

no texto, fruto dos acordos políticos negociados na última hora.

Lira não concordou também em começar a sessão de ontem mais tarde, argumentando que seriam sete longas horas de discussão do texto, antes do início da votação, marcada para começar às 18h.

Sobre os embates que eram esperados para essas sete horas de discussão, em que os deputados seguem uma lista para falar, Lira avisara que seria "democrático", mas que seguiria com "rigor máximo" o rito regimental. "Não vamos ter pegadinha. Não vamos ter nenhum tipo de extrapolação." Uma das preocupações dos críticos da reforma, sobretudo dos representantes dos setores de serviços, que ainda buscavam mudanças no texto, era justamente que Lira acionasse o botão de alta velocidade do seu trator, repetindo o que ocorreu na votação do projeto de reforma do Imposto de Renda, em setembro de 2021.

Naquela ocasião, Lira garantiu um placar robusto de 398 votos a favor e 77 contrários, mas a votação começou sem que o substitutivo do relator tivesse sido publicado no sistema da Câmara, uma regra para que os deputados saibam o que vão apreciar no plenário.

O texto final do projeto só foi publicado depois que a sessão já estava em andamento.

Para afastar resistências ao avanço da **reforma tributária**, o presidente da Câmara comprometeu-se ainda a honrar na votação todos os acordos firmados nos últimos dias. Isso porque, para acelerar a votação, a versão do projeto lido pelo relator no plenário não continha os acordos fechados ao longo da quarta-feira.

Nos bastidores, após os acordos, deputados governistas contavam entre 370 e 375 votos a favor da reforma. A fim de assegurar que o quórum para a votação fosse alcançado, Lira decidiu que o registro dos deputados fosse aberto às 7h da manhã.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com aprovação, PIB deve crescer 2,39% além do previsto até 2032, diz Ipea



Agricultura é destaque no PIB; previsão de aumento 'consistente'

DANIELA AMORIM RIO

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro crescerá 2,39% mais do que o previsto até 2032 caso seja aprovada a **reforma tributária**, calcula o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo, divulgado ontem, usa como referência o substitutivo preliminar da Proposta de Emenda à Constituição n.º 45/2019 apresentado na última segunda-feira na Câmara dos Deputados.

"Esses resultados permitem afirmar que a **reforma tributária** produzirá efeitos positivos", afirmou, no estudo, o técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea João Maria de Oliveira.

O documento avalia que a proposta do substitutivo da PEC n.º 45 geraria resultados finais mais modestos do que as versões anteriores, mas que a proposta "tende a minimizar perdas e aponta a direção de uma reforma possível", criando "condições de crescimento econômico que podem elevar nossa economia a um patamar mais alto".

TRANSIÇÃO. O estudo avaliou também eventuais impactos de outros dois cenários de reformas propostas, a PEC n.º 45/2019 inicial, antes das alterações feitas pelo Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados, e a PEC n.º 110/2019, que tramitava

no Senado.

"Durante o período de transição, quando gradativamente se substitui o sistema antigo pelo novo, a diferença do **PIB** realizado em cada cenário cresce.

Para a PEC n.º 45/2019, ao final do período de transição (2036), o **PIB** cresce 5,75%. Para a PEC n.º 110/2019, até 2032 o **PIB** cresce 4,48%, enquanto para o substitutivo da PEC n.º 45/2019, também até 2032, cresce 2,39%", apontou o Ipea.

"Os menores valores de ganhos de **PIB**, produtividade e emprego obtidos no cenário do substitutivo da PEC n.º 45/2019 devem-se à alíquota efetiva maior, mas, principalmente, à manutenção de alguns regimes especiais e exceções.

Isso permite inferir que certo nível de más alocações produtivas permanecerá." Além do crescimento maior no **PIB**, a **reforma tributária** em votação na Câmara dos Deputados resultaria em uma expansão de 1,63% acima do previsto na produtividade da economia até 2032 e em um avanço 1,03% acima do esperado no estoque de empregos no País.

"A mudança da estrutura tributária também produziu resultado positivo para o saldo do emprego (estoque de população ocupada), embora os ganhos sejam muito pequenos.

Todavia, há aumento do emprego mais qualificado e de maior rendimento. Particularmente, esse resultado é expressivo, visto que, com a mudança nos **tributos**, há ganhos reais na produtividade do trabalho, o que se configura como mais uma evidência de que a **reforma tributária** trará ganhos de alocação produtiva, uma vez que estimula o aumento da oferta desse tipo de emprego", apontou o estudo do Ipea.

CARGA TRIBUTÁRIA. O documento aponta ainda que a tributação sobre o consumo, que consta no modelo em vigor, responde pela maior parte da carga tributária total, mas "é complexa, desbalanceada, desigual e injusta".

"Na perspectiva social ela é regressiva, uma vez que impacta a população de mais baixa renda. Quanto menor a renda familiar per capita maior é a carga

tributária, em função do peso do tributo sobre o consumo na carga tributária total paga por essa população.

Mesmo o emprego de instrumentos tributários que objetiva mitigar o efeito dessa regressividade, por meio de desonerações e isenções dos **tributos** indiretos, se mostra pouco eficaz", declara o instituto, com base em achados de estudos anteriores.

AUMENTO CONSISTENTE. O pesquisador conclui que mudanças na estrutura tributária geram crescimento econômico, com diminuição das más alocações setoriais e regionais. "Em todos os cenários, o aumento do **PIB** é consistente, e após a transição se mantém estável no novo patamar", afirma o estudo do Ipea.

"As propostas de reforma promovem mudança estrutural em favor de setores com cadeia produtiva mais longa, com maior efeito multiplicador e, conseqüentemente, com maior produtividade. Assim, além de promover crescimento econômico, a reforma alinha a economia brasileira para crescer ainda mais."

"Esses resultados permitem afirmar que a **reforma tributária** produzirá efeitos positivos" João Maria de Oliveira técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DESEMPENHO ANUAL

Os altos e baixos da economia

PIB EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Projeto muda impostos sobre herança, lancha e jatinho

BIANCA LIMA BRASÍLIA

A primeira etapa da **reforma tributária** tem como foco o consumo, mas já traz mudanças na tributação da renda e do patrimônio. Em seu parecer, o relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirma que o objetivo é "alcançar maior justiça social" em relação a três **tributos** específicos: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), que é de competência estadual e incidência sobre heranças e doações; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), também cobrado pelos Estados e que passaria a incidir sobre lanchas e jatos, e de forma progressiva sobre carros mais poluentes; e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que é administrado pelos municípios e pelo Distrito Federal.

O parecer do relator determinou que o ITCMD passe a ser progressivo em relação ao valor da transmissão. Ou seja: quanto maior o montante recebido pelo herdeiro ou pelo beneficiário da doação, maior será a alíquota aplicada. Ela não pode ultrapassar 8%.

Uma herança de R\$ 1 milhão distribuída a um único herdeiro, por exemplo, terá uma participação maior do que uma herança de mesmo valor dividida em quatro pessoas. Ou seja: o que é considerado, no momento da participação, é o chamado quinhão hereditário, que é a cota à qual os beneficiários têm direito. Quanto maior o quinhão, maior seria a alíquota.

Em relação ao IPTU, o relator atendeu a um pleito da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e permitiu que as prefeituras atualizem uma base de cálculo do imposto por meio de decreto, a partir de critérios fixados em lei municipal.

O objetivo, segundo o projeto, é que as "administrações municipais alcancem o potencial arrecadatário de imóveis com alta preservação".

LANCHAS E JATINHOS. Para o IPVA, a proposta prevê que o imposto passará a incidir sobre veículos aquáticos, como lanchas, e aéreos, como jatinhos.

Por pressão de fabricantes de equipamentos industriais, no entanto, algumas características foram incluídas na última versão do texto, como aeronaves agrícolas, tratores e máquinas usadas no campo, que

ficaram isentas. Também ficou de fora da cobrança embarcações destinadas a pesca industrial, artesanal e de subsistência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova tributação pode combater a guerra fiscal, dizem especialistas



Aguinaldo Ribeiro, relator da reforma: fundo para compensar Estados

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Aprovado ontem, o texto da **reforma tributária** destinado ao consumo deve contribuir para mitigar a chamada guerra fiscal, um dos principais nós econômicos do País, avaliam tributaristas consultados pelo Estadão.

Ao longo dos últimos anos, a guerra fiscal tem sido um mecanismo adotado pelos Estados para atrair investimentos.

Em busca de novas empresas e criação de empregos, Estados concedem desoneração tributária por meio, sobretudo, do seu principal **impostos** arrecadatório, o ICMS.

"O problema é que, nessa disputa por atração de empresas, os entes têm suas receitas comprometidas", afirma Larissa Luzia Longo, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper. "Como eles oferecem desonerações tributárias às empresas, diminuem suas arrecadações e, consequentemente, acabam tendo menos recursos para promover políticas públicas à população." Os Estados têm um papel fundamental na oferta de serviços públicos para a população. São responsáveis pela saúde, educação e segurança pública, por exemplo. Não faz muito tempo, vários governadores enfrentaram crises severas, com atraso nos salários

de servidores e interrupção de investimentos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** tenta colocar um fim nessa guerra tributária ao unificar três **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). Eles serão substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual - um federal e outro para Estados e municípios - com três alíquotas e cobrança no destino, ou seja, onde o bem ou serviço será consumido. Hoje, a tributação brasileira tem como base a origem - onde o bem ou serviço é produzido.

"Essa batalha só ocorre porque a tributação do consumo brasileira é baseada na origem.

Por exemplo: o Estado de São Paulo arrecada o ICMS das empresas que nele estão situadas e pode decidir se renuncia a recursos ou não para que determinada empresa invista naquela região", afirma Larissa.

Na reforma, o IVA dual será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unificar IPI, PIS e Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai juntar o ICMS e o ISS.

"O que se pretende com a **reforma tributária** é, em nível constitucional, dar um tratamento uniforme para praticamente todos os produtos, com algumas poucas exceções", afirma Gabriel Caldiron Rezende, advogado e sócio do escritório Machado Associados. "O principal ponto é que se quer mudar essa tributação interestadual para o destino. Com isso, por que o Estado vai dar um benefício?

Ele vai perder essa possibilidade, porque o imposto vai ser pago por outro Estado." PONTO DELICADO. Mexer na tributação do ICMS sempre foi um ponto sensível em qualquer tentativa de **reforma tributária**.

O imposto é o principal tributo arrecadatório dos governadores e cada unidade de federação tem uma legislação própria, o que contribui ainda mais para emaranhar o nó tributário do País.

Para dar uma dimensão do peso do ICMS nas contas estaduais, nos 12 meses até abril, os governadores arrecadaram R\$ 679,4 bilhões com o imposto, o que representou 48% da receita corrente dos Estados, de acordo com dados da Instituição Fiscal Independente

(IFI), órgão ligado ao Senado Federal.

Parte dos governadores tem cobrado mais recursos para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que será criado com a reforma e financiado pela União para compensar o fim da guerra fiscal. O parecer inicial do relator na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), previa começar os aportes em 2029, em R\$ 8 bilhões, até atingir R\$ 40 bilhões em 2033, em valores que serão corrigidos pela inflação.

A aplicação dos recursos ficará a cargo dos Estados. Os governadores, porém, querem aumentar esse valor anual para R\$ 75 bilhões. Em entrevista ao Estadão, Ribeiro sinalizou que pode ceder nesse ponto e que o valor é "discutível".

"Os recursos desse fundo, de acordo com o texto, deverão ser aplicados em fomento à atividade produtiva e investimentos em infraestrutura e inovação, com priorização de projetos ambientalmente sustentáveis.

Essa transferência de recursos dos entes para as empresas será mais transparente e mais facilmente passível de avaliação", explica Larissa, do Insper.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após décadas, País dá primeiro passo para deixar pré-história da tributação

ALEXANDRE CALAIS, EDITOR DE ECONOMIA

Foram décadas de discussões, projetos, tentativas frustradas.

Mas, ontem, a Câmara dos Deputados aprovou a tão perseguida **reforma tributária**, que promete simplificar a vida das empresas e dos cidadãos, com a unificação de **impostos** (os federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS), o fim da cobrança em cascata (imposto em cima de imposto, que encarece o produto brasileiro e tira a competitividade das empresas nacionais) e a transferência da cobrança do imposto para o destino, onde os produtos são consumidos, e não mais na origem, onde são fabricados.

Com essa mudança, o Brasil sai da pré-história do sistema tributário. A cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como o que passaremos a utilizar a partir de agora, é o padrão há décadas em todo os países desenvolvidos - e na imensa maioria dos nem tão desenvolvidos assim.

O sistema tributário brasileiro não tem comparação no mundo, de tão confuso.

Para ilustrar essa balbúrdia: no meio da discussão da **reforma tributária**, o Estadão consultou vários, muitos mesmo, especialistas para tentar montar um gráfico, uma ilustração, mostrando como funciona a taxação em cima de um determinado produto hoje. Ninguém se dispôs a fazer. O argumento é que isso é simplesmente impossível.

São tantas variáveis, tantas legislações diferentes nos Estados, nos municípios, na União, tantas exceções e tantas formas de burlar as regras que qualquer tentativa nesse sentido estaria inevitavelmente errada.

Ou seja, ninguém consegue dizer quanto está pagando de **impostos** em um determinado produto.

SIMPLIFICAÇÃO. Com a simplificação proposta no projeto aprovado agora, esse cenário fica muito mais claro. Pelo menos será possível saber o quanto se paga de imposto.

O texto aprovado ficou muito longe do ideal. Para especialistas em tributação, o melhor seria ter

aprovado um IVA único, como constava na ideia original, e não um IVA dual (serão, na verdade, dois **impostos** separados, um juntando os **impostos** federais e outro juntando o estadual e o municipal).

Também há exceções demais na nova regra, muitos setores e produtos que terão alíquotas diferenciadas, menores.

Mas, mais uma vez, mesmo assim foi um avanço e tanto.

O jogo, porém, não acabou.

Ainda é necessário passar pelo Senado. E também há muita coisa que vai depender de legislação extra para regulamentação. Por exemplo, o relator propôs zerar o imposto para produtos de uma cesta básica nacional, que ainda vai ser definida. O jogo de lobbies para incluir produtos os mais diversos nessa cesta básica será pesado.

E, além disso, estamos falando apenas dos **impostos** sobre consumo. Há uma batalha grande vindo pela frente com a mudança nos **impostos** sobre a renda (como IRPJ, IRPF e CSLL).

O texto aprovado determina que a União deverá, dentro de um prazo de 180 dias a contar da aprovação no Congresso Nacional, apresentar o projeto para a reforma da tributação da renda. Serão mais discussões, mais demandas, mais lobbies. Pode demorar. Mas o primeiro passo na direção certa já está dado.

ALEXANDRE CALAIS, EDITOR DE ECONOMIA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sistema tributário do País é responsável pelo aumento do Custo Brasil, diz estudo



Linha de montagem de veículos em fábrica em Sorocaba (SP); competitividade comprometida

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A cumulatividade de **tributos** ao longo da cadeia produtiva, a complexidade da **legislação tributária** brasileira e o excesso de normas foram apontados como os principais problemas a serem resolvidos para a redução do Custo Brasil.

Consulta pública feita pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), cujos resultados foram obtidos pelo Estadão, mostrou que 20% dos problemas apontados como geradores do Custo Brasil eram relacionados a normas tributárias.

No topo da lista estão também problemas com a regulação dos setores de energia (16,6%); transporte e logística (14,3%); comércio exterior (10,6%); financiamento e garantias (7,6%) e legislação trabalhista (7,3%).

"De 1988, na promulgação da Constituição, até fins de 2022, foram 466 mil normas tributárias publicadas. Ou seja, 37 normas tributárias por dia, uma norma e meia por hora", diz a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andrea Macera, numa referência a levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) para explicar a razão de a tributação no Brasil estar no topo da lista dos problemas que têm alimentado o Custo Brasil.

PRIORIDADE. O vice-presidente Geraldo Alckmin, que comanda o Mdic, colocou a reforma como prioridade para a agenda econômica. Em maio, a equipe de Alckmin divulgou que o Custo Brasil chega a R\$ 1,7 trilhão. O indicador, obtido a partir do estudo realizado

pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com o Mdic, é resultado de um conjunto de entraves que oneram o ambiente de negócios nacional.

O Custo Brasil representa a despesa adicional que as empresas brasileiras têm de desembolsar para produzir no País, em comparação com a média do custo nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O cálculo leva em consideração todo o ciclo de vida de uma empresa, com base em indicadores de 12 áreas consideradas vitais para a competitividade do setor empresarial.

O número impacta na operação de empresas de diversos portes e segmentos, encarece preços e serviços, comprometendo investimentos e a geração de empregos. A partir do levantamento da consulta pública, disse a secretária, foi possível realizar o mapeamento de toda a complexidade regulatória geradora de Custo Brasil. Foram recebidas 1.122 contribuições de empresas e entidades representativas de toda a economia.

DIRETRIZ. O resultado da levantamento vai orientar as políticas públicas e as ações do governo federal para melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

"As dificuldades que vemos primeiro são os custos para lidar com essa complexidade tributária", disse Andrea, destacando que a **reforma tributária** é essencial para aumentar a competitividade das empresas. Ela apontou como entrave para aumentar a competitividade, por exemplo, as falhas na devolução do crédito tributário para as empresas.

"Estima-se que esse resíduo seria cerca de 7,4% da receita líquida da indústria", disse. Segundo ele, o efeito desse resíduo tributário, que não volta para as empresas, é que ele acaba sendo incorporado no preço final dos produtos. "Quando o Brasil sai em busca de mercados internacionais, ele já parte com 7,4% a mais no preço dos produtos finais", disse. Outro entrave é a multiplicidade de alíquotas, problema que a **reforma tributária** tenta resolver.

"De 1988, na promulgação da Constituição, até fins de 2022, foram 466 mil normas tributárias publicadas. Ou seja, 37 normas tributárias por dia, uma norma e meia por hora" Andrea Macera Secretária de

Competitividade e Política Regulatória do Mdic

Consulta pública

Tributação caótica custa caro ao País

1. Normas tributárias: cerca de 18,8% das contribuições

Obrigações tributárias acessórias diversas

Cumulatividade dos **tributos** ao longo da cadeia produtiva

Problemas consequentes da complexidade da **legislação tributária** brasileira

2. Regulação do setor de energia: cerca de 16,6% das contribuições

Encargos na tarifa de energia elétrica

Restrições à figura do consumidor livre de energia elétrica

Destinação da energia elétrica gerada pela Usina de Itaipu

Problemas regulatórios referentes ao acesso de terceiros a infraestruturas do setor de petróleo e gás

Ausência de harmonização regulatória quanto à figura do consumidor livre de gás natural

3. Regulação do setor de transporte e logística: cerca de 14,3% das contribuições

Incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre o frete marítimo

Inexistência de regulação da praticagem

Inexistência de regulamentação da Lei BR do Mar

Inexistência de regulamentação do marco do setor ferroviário

Restrições à instalação de portos secos

4. Regulação do comércio exterior: cerca de 10,6% das contribuições

Falta de acordos de livre comércio

Problemas diversos nas operações de comércio exterior

Problemas referentes à regulação do Operador

Econômico Autorizado

Repercussão

Luiz Carlos Trabuco Cappi Presidente conselho de administração do Bradesco

"O próximo passo é consolidar uma melhora sistemática do ambiente de negócios no Brasil"

"A aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados é uma boa notícia para todos os brasileiros. Ela representa a perspectiva de que podemos superar o grande desafio do crescimento de longo prazo, sustentável e robusto. O sistema tributário brasileiro, considerado um dos mais complexos do mundo, ganha frescor e modernidade.

O modelo aprovado foi amplamente debatido nos últimos quatro anos.

Ele simplifica e desburocratiza para quem contribui, ao mesmo tempo que mantém a carga tributária. O sistema perde complexidade e ganha em eficiência e transparência.

Esta é a realidade: as empresas gastavam um tempo precioso apenas para seguir corretamente os regulamentos para pagar os **tributos** existentes hoje. Além de oneroso, gerava insegurança jurídica. O próximo passo é consolidar uma melhora sistemática do ambiente de negócios no Brasil. Paradoxalmente, esse é um tema muito discutido, mas ao mesmo tempo bastante negligenciado na prática. O Brasil precisa que o tema, alinhado a um programa objetivo de aumento da competitividade e produtividade, seja o centro das atenções do Executivo e do Legislativo. Senso de urgência seria a palavra de ordem."

Milton Maluhy Filho CEO Itaú Unibanco

"Os benefícios da reforma estão concentrados em médio e longo prazos. Este olhar de futuro é fundamental"

"As medidas em discussão indicam uma reforma técnica e que ataca um ponto central para o País, que é a simplificação tributária. Pelo que vimos até aqui, os benefícios da reforma estão concentrados em médio e longo prazos, considerando o tempo de implementação e os impactos das medidas.

Este olhar de futuro é fundamental, pois fortalece um compromisso de simplificação e eficiência longo e contínuo. Uma agenda de curto prazo, voltada exclusivamente para arrecadação e geração de receita, com aumento de **impostos**, teria o efeito contrário, resultando em perda de competitividade e

redução de investimentos em um país cuja carga tributária já é bastante relevante."

Dan Ioschpe Presidente do conselho de administração da Ioschpe-Maxion S/A e presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

"Do lado da produção, será um divisor de águas, viabilizando o desenvolvimento de projetos de agregação de valor em nosso País"

"A **reforma tributária** proposta pelo Congresso e apoiada pelo Governo, que altera os **tributos** incidentes sobre o consumo de bens e serviços, é o principal fator para a aceleração do desenvolvimento socioeconômico do nosso País. Será determinante para o avanço do **PIB** e para a melhoria da renda, em especial das pessoas de menor poder aquisitivo. Do lado da produção, será um divisor de águas, viabilizando o desenvolvimento de projetos de agregação de valor em nosso País. E se bem implementada, reduzirá substancialmente o diferencial de custo do Brasil."

Ana Paula Vescovi Economista-chefe do banco Santander e ex-secretária do Tesouro

"Uma reforma bem-sucedida seria tornar a economia brasileira mais atrativa para investimentos de longo prazo"

"A **reforma tributária** é fundamental para elevar a produtividade da economia brasileira no longo prazo, dado seu potencial de redução do custo burocrático e de contencioso que hoje recai sobre as empresas e sobre o próprio governo. Com ela, podemos ter um ambiente de negócios mais positivo, com menor custo de transações, e com maior segurança jurídica.

Estamos otimistas com a aprovação da reforma e em relação à necessária convergência política para sua implementação ao longo dos anos. São medidas de que o Brasil precisa para se modernizar, e que podem melhorar a percepção sobre o País no exterior. A discussão mais importante é melhorar o desenho e a eficiência do sistema tributário brasileiro: torná-lo mais simples, mais justo, sustentável e transparente.

Outro benefício de uma reforma bem-sucedida seria tornar a economia brasileira mais atrativa para investimentos de longo prazo que melhorem nossa infraestrutura e nos ajudem a superar a chamada armadilha de renda média."

Sergio Zimmerman Presidente da Petz

"A substituição tributária foi o instrumento mais eficaz no combate à sonegação de todos os tempos"

"O texto da forma como está não deixa claro como vai ampliar a base de contribuintes e o que é mais grave pode aumentar de forma brutal a sonegação de **impostos** se não houver de forma expressa a obrigatoriedade dos produtos que hoje são monofásicos na tributação continuarem da mesma forma. É muito mais seguro controlar poucas indústrias do que milhares de varejos. A substituição tributária foi o instrumento mais eficaz no combate à sonegação de todos os tempos."

Rafael Furlanetti Sócio e diretor Institucional da XP Inc.

"O pagamento de **tributos** é um dos maiores entraves para se fazer negócios no Brasil"

"Essa não é uma reforma do partido A ou B, do governo A ou B, é uma reforma para destravar o crescimento do País. O pagamento de **tributos** é um dos maiores entraves para se fazer negócios no Brasil e o Congresso corajosamente assumiu a missão de enfrentar esse debate"

Pedro Passos Cofundador da Natura

"A aprovação do projeto (...) deverá abrir uma nova etapa para o avanço da produtividade da nossa economia"

A aprovação da reforma na Câmara representa um grande marco depois de décadas de debates e construção do texto hoje em discussão. Em linhas gerais, o relatório apresentado é positivo e incorpora os aspectos fundamentais para uma boa reforma da tributação do consumo, como a simplificação, transparência e justiça social.

É preciso ficar atento à quantidade de exceções e regimes especiais que estão listados na PEC. Quanto mais exceções, mais nos distanciamos dos modelos de IVAs modernos e mais complexo e injusto fica o sistema tributário - tanto para as empresas quanto para os brasileiros.

A aprovação do projeto é importante para o Brasil.

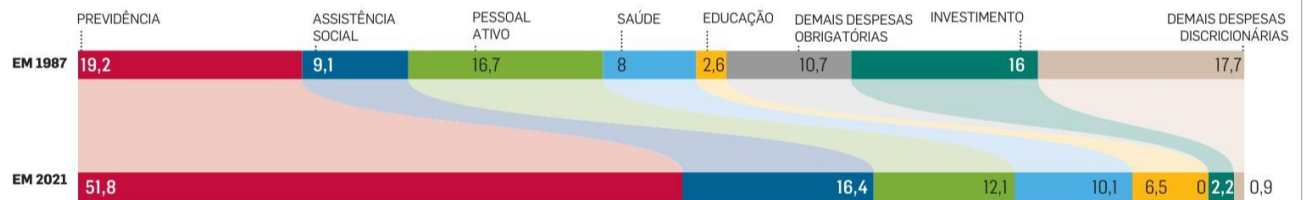
Deverá abrir uma nova etapa para o avanço da produtividade da nossa economia e a retomada de um novo ciclo de crescimento."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PARA ONDE VAI O DINHEIRO ARRECADADO

Estrutura de gastos do governo federal mostra quais as despesas que mais consomem os recursos públicos

EM PORCENTAGEM DO TOTAL



OBS.: ALÉM DESSAS DESPESAS, O GOVERNO FEDERAL AINDA TEM DE FAZER TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS, PAGAR JUROS DA DÍVIDA, REFINANCIAR A DÍVIDA INTERNA E HONRAR OUTROS COMPROMISSOS

FONTE: RAUL VELLOSO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

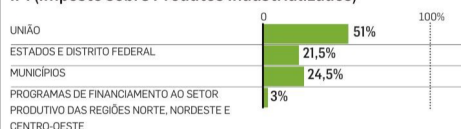
DIVISÃO DE RECEITA

Entenda como é feita a destinação dos impostos entre União, Estados e municípios

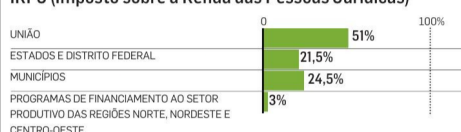
Impostos Federais

Tributos que incidem sobre bens industriais

IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)



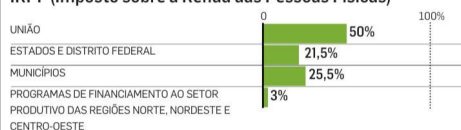
IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas)



Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)



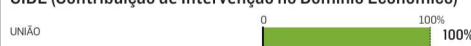
IRPF (Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas)



IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)



CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)



CIDE-Combustíveis



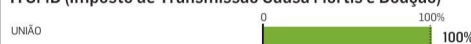
Impostos Estaduais

Tributos que incidem sobre produtos e serviços

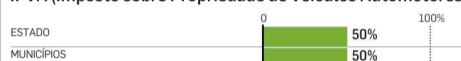
ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)



ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação)

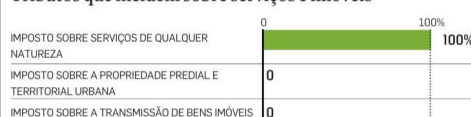


IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores)



Impostos Municipais

Tributos que incidem sobre serviços e imóveis



FONTE: CONSTITUIÇÃO FEDERAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

PEC aprovada na Câmara é apenas o primeiro passo (Editorial)

A aprovação da **reforma tributária** na Câmara dá um passo fundamental para a reformulação do caótico sistema de **impostos** brasileiro.

É apenas o primeiro, porém. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 traça um plano de transição até 2033 para a nova estrutura de **tributos**.

Ele terá de ser seguido à risca.

Fora isso, ainda há imperfeições que devem ser corrigidas.

Uma vez que a PEC esteja aprovada no Senado, o primeiro desafio será técnico.

Para os dois novos **impostos** criados -CBS e IBS -, será necessário desenvolver um mecanismo automático de créditos, por meio do qual as empresas possam descontar do que recolherem aquilo que outras já pagaram -só o consumidor final pagará a alíquota cheia. Tais compensações precisam ser implementadas num sistema eletrônico capaz de integrar instâncias fiscais de todo o país. Não será trivial.

Com base nos dados desse sistema deverão ser estimadas as alíquotas, de modo a não elevar a carga tributária, e a distribuição dos fundos criados para ressarcir entes federativos que perderem arrecadação. Caberá a leis complementares determinar não apenas as alíquotas ao longo e ao final da transição, mas o funcionamento do Conselho Federativo que cuidará da distribuição desses fundos, por um período estipulado inicialmente em 50 anos.

O texto da PEC deixa para leis complementares tarefas fundamentais, como regras para os setores financeiro, imobiliário, de seguros, planos de saúde e loterias. Ou o critério para cobrança no destino no caso de serviços. Ou os alvos e alíquotas do imposto seletivo, criado para punir o consumo de produtos nocivos como álcool ou cigarro. Ou ainda os produtos da cesta básica, contemplada com isenção (medida injusta, pois beneficia indiscriminadamente qualquer consumidor, pobre, rico ou de classe média). Ou mesmo as regras para processos administrativos.

Para facilitar a tramitação, o texto foi infestado de exceções: saúde, educação, combustíveis, meios de

transporte de todo tipo, atividades artísticas, produtos para deficientes físicos, higiene pessoal, saúde menstrual etc. Para não falar da manutenção da Zona Franca de Manaus (equívoco não apenas tributário).

É fundamental, com o tempo, verificar o que se justifica. Embora alíquotas reduzidas não sejam equivalentes aos regimes especiais em vigor, para mantê-las será necessário elevar a carga dos demais setores. Privilégios de uns sempre custam para outros.

A reforma prevê apresentação, em 180 dias, de projeto para redesenhar o Imposto de Renda. Nesse momento, mais importante que discutir fetiches da esquerda, como taxaço de grandes fortunas ou heranças, será extinguir privilégios inaceitáveis que persistem em regimes especiais, como lucro presumido ou Simples, garantindo **impostos** baixíssimos a uma elite de profissionais como médicos ou advogados.

Nenhuma reforma é tão complexa, desafiadora e transformadora quanto a dos **impostos**. Talvez a sociedade brasileira não se dê conta do sinal de maturidade institucional transmitido pela Câmara ao aprovar a PEC 45. Ela traça um plano que coloca o Brasil num rumo virtuoso de maior equidade tributária.

Mas ele precisará ser perseguido.

Ao longo do tempo, a transparência trazida pelos novos **tributos** deixará evidente a injustiça de exceções e regimes especiais. Se tiver a coragem de enfrentá-los, o Congresso atual mostrará ser um dos melhores de todos.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
PEC aprovada na Câmara é apenas o primeiro passo

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Zema busca alianças para disputar a Presidência



Zema e Tarcísio. Governadores de Minas e São Paulo são nomes da direita que poderiam disputar o Planalto em 2026

Cotado como um dos possíveis herdeiros políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), abriu conversas com rivais do PT e interlocutores do chefe do Executivo paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de olho na próxima corrida ao Palácio do Planalto, em 2026.

Durante viagem a Brasília nesta semana, agendada inicialmente para discutir ajustes na **reforma tributária**, Zema se reuniu com lideranças de PP, Republicanos e União Brasil que se alinham à oposição a Luiz Inácio Lula da Silva, e conversou sobre uma aliança voltada à próxima eleição presidencial.

Opéríplio de Zema começou na manhã de terça-feira numa reunião com o vice-presidente nacional do União Brasil, Antonio Rueda. Também participaram do encontro, revelado pelo jornal Folha de S.Paulo, lideranças do partido na Bahia, como o atual prefeito de Salvador, Bruno Reis, e seu antecessor, ACM Neto, que enfrentam a concorrência do PT pela capital baiana em 2024.

Na quarta, Zema conversou com o senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, e com o deputado federal Marcos Pereira (SP), presidente do Republicanos.

-Nosso foco foi a **reforma tributária**, mas obviamente no caso de Republicanos, União Brasil e PP os encontros também serviram para falar dos rumos desse campo da direita e da centro-direita. A caminhada (até 2026) é longa, mas é importante que esses atores políticos estejam alinhados e construam

esta unidade - afirmou o chefe da Casa Civil do governo de Minas, o ex-deputado Marcelo Aro (PP).

Ao GLOBO, um cacique partidário que participou dos encontros disse que Zema mostrou foco "total" na construção de uma aliança com outros possíveis herdeiros do espólio do bolsonarismo. Na avaliação de parlamentares, o governador de Minas tem evitado disputar protagonismo e adota uma postura estratégica de aliado de Tarcísio.

O deputado José Rocha (União-BR), aliado de ACM Neto e que defende o apoio a Tarcísio na próxima disputa presidencial, vê abertura para uma chapa com Zema.

-Se tiverem juízo, vão lembrar a aliança do "café com leite" (de Minas e São Paulo, na República Velha). Uma chapa com os dois seria muito forte - declarou Rocha.

Assim como o governador de São Paulo, Zema mostrou objeção ao modelo do novo Conselho Federativo, responsável por distribuir os valores arrecadados com o futuro IVA dual, e pressionou para que a composição do colegiado leve em conta o peso populacional ou o volume de arrecadação. O pleito favorece estados como Minas e São Paulo. Tarcísio, contudo, virou o principal alvo de aliados de Bolsonaro ao tomar a dianteira e declarar apoio ao texto da reforma, após sinalizações do relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), de que atenderia as solicitações.

Interlocutores avaliam o governador de Minas como mais "acanhado" e com menos traquejo político do que outros cotados à corrida presidencial, como o próprio Tarcísio e o governador do Paraná, Ratinho Jr. -a quem Zema já visitou.

No entanto, consideram que ele tem melhorado a relação com a classe política, além de acenar à base bolsonarista.

No sábado, dia seguinte ao julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que condenou Bolsonaro à inelegibilidade, o governador de Minas publicou uma frase, atribuída ao ditador italiano Benito Mussolini, que chama atenção para tentativas de "restringir a liberdade do indivíduo".

Essa retórica constantemente é levantada pelo ex-presidente, por exemplo, ao criticar a atuação do Judiciário em casos em que é alvo.

Para um interlocutor de Bolsonaro e de Tarcísio, Zema procura dosar os acenos para que não pareçam "artificiais", levando em conta o fato de não ser tão próximo ao ex-presidente quanto o governador de São Paulo.

A movimentação nacional de Zema ocorre em paralelo a uma fase de turbulências envolvendo seu governo e a oposição em Minas, capitaneada pelo PT. Na semana passada, após um vácuo na articulação do seu governo, a oposição obstruiu trabalhos na Assembleia Legislativa de Minas e adiou a votação do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, pré-requisito para a adesão do estado ao regime de recuperação fiscal.

Como o prazo vencia em junho, a situação abriu brecha para que o Tesouro Nacional executasse uma dívida de R\$ 16,4 bilhões do estado com a União. O governo de Minas criticou ontem a cobrança, afirmando que ela representaria o "colapso das contas públicas", e ingressou no Supremo Tribunal Federal para anular a execução, alegando que a exigência de aval dos deputados estaduais é ilegal. Ainda ontem, após acordo, parlamentares aprovaram o PAF, com voto contrário da oposição.

"Os encontros (com os partidos) serviram para falar dos rumos da direita e da centro-direita. A caminhada (até 2026) é longa, mas é importante que esses atores políticos estejam alinhados e construam _esta unidade_" Marcelo Aro, chefe da Casa Civil do governo de Minas

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novo regime de impostos - Sul e sudeste ganham peso



Resultado. Lira e parlamentares comemoram resultado da votação da Reforma Tributária. Placar ficou muito acima do mínimo necessário de 308 votos para aprovação de uma emenda constitucional

GERALDA DOCA, VICTORIA ABEL, GABRIEL SABÓIA E MANOEL VENTURA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou o resultado nas redes sociais.

"Depois de décadas, aprovamos uma **Reforma Tributária**.

Democraticamente.

Parecia impossível. Valeu lutar", escreveu, destacando que a reforma não é uma proposta de governo, mas uma necessidade para fazer com que a economia e a produtividade avancem no país.

As rodadas de conversas do relator com os estados foram cruciais para viabilizar a aprovação.

O texto conseguiu apoio de governadores do Sul e do Sudeste, inclusive de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ainda assim, não houve unanimidade entre governos locais.

Freitas, que havia despontado como um dos maiores críticos ao texto, antes de endossar o projeto na véspera da votação, informou por meio de assessores que, embora não considere o texto ideal, ele é visto como o possível e fruto de negociações até a última hora. A bancada de São Paulo votou majoritariamente a favor da proposta. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse que as mudanças foram acordadas.

Ao longo do dia, o apoio de Tarcísio ao projeto foi alvo de críticas de Bolsonaro, que se disse "chateado" com

o governador de São Paulo e de aliados. Ainda assim, o partido do ex-presidente somou 20 votos a favor da proposta (leia mais na página 14).

Um dos pontos de maior divergência dos governadores em relação ao texto original era o modelo de criação do conselho federativo, que será responsável pela gestão e partilha de recursos do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai reunir o ISS (municipal) e o ICMS (estadual).

Os governadores temiam perda de autonomia e um desequilíbrio de forças entre os estados. Com o novo formato, o conselho terá representação paritária. Os estados terão 27 representantes, um para cada estado e o DF. Os municípios poderão indicar 27 membros, dos quais 14 com base nos votos de cada município, com valor igual para todos, e 13 representantes com base nos votos de cada cidade considerando as respectivas populações.

O processo de tomada de decisões será feito com base na maioria absoluta, ou seja, será preciso ter um mínimo de 14 votos entre os estados. Além disso, o grupo de estados vencedor precisará representar 60% da população brasileira.

Se o grupo perdedor representar a maioria da população, poderá vetar a decisão. Na prática, essa medida amplia o peso do Sudeste e do Sul do país no conselho.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), disse que vai entrar com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a reforma. Para ele, a nova regra do conselho federativo privilegia São Paulo, Rio e Minas. Aliado de Bolsonaro, o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, também divulgou texto contra a proposta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entenda as mudanças da reforma no dia a dia

Os pontos-chave da reforma

IMPACTO PARA O CONSUMIDOR

Hoje, o consumidor não sabe quanto paga de **impostos** nos produtos, pois cada etapa da produção é tributada, e os **impostos** vão se acumulando ao longo da cadeia produtiva. Com a **Reforma Tributária**, haverá apenas dois **impostos** que não vão se acumular durante o processo produtivo.

ALÍQUOTA ÚNICA

Hoje, cada produto tem uma alíquota diferente, o que gera distorções: embora similares, bombom e wafer têm tributação distinta, assim como perfume e água de colônia. A reforma determina que todos os produtos deverão pagar a mesma alíquota de imposto. Haverá exceções pontuais para alguns itens, como os da cesta básica, que ficarão isentos, e cigarros e bebidas, que pagarão mais.

FUSÃO DE **TRIBUTOS**

A **Reforma Tributária** vai unificar três **impostos** federais - IPI, PIS, Cofins - na nova CBS. O imposto estadual ICMS e o municipal ISS, por sua vez, serão unificados para criar o IBS.

IMPACTO NA INDÚSTRIA

Exemplo: fábrica de água mineral Compra garrafas plásticas para envasar a água que extrai da fonte mineral. Nesta operação, paga IPI, PIS, Cofins e ICMS. Ao contratar serviços, como os de manutenção de maquinário, paga ISS, PIS e Cofins. Pagará CBS e IBS tanto na compra da garrafa plástica quanto na contratação de serviços.

*

Veja o antes e depois na cadeia de produção da água mineral

NÚMERO DE **IMPOSTOS**

Em cada etapa da produção, em vez de cinco **impostos**, serão pagos apenas dois.

*

IMPOSTOS CUMULATIVOS

Hoje, a cada etapa da cadeia produtiva, as empresas pagam **impostos** que vão se acumulando. Para explicar como funciona a cumulatividade e como a tributação tende a ser menor em produtos industriais, usaremos valores hipotéticos de cada item e uma alíquota única exemplificativa de 20% para todas as etapas.

*

FIM DA CUMULATIVIDADE

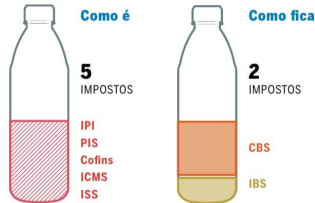
Com a **Reforma Tributária**, as empresas vão poder descontar os **impostos** pagos nas etapas anteriores da cadeia de produção, acabando com a cobrança de **tributos** sobre **tributos**, o chamado imposto em cascata.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Os pontos-chave da reforma

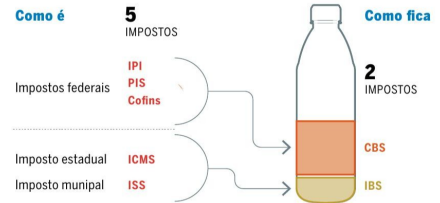
IMPACTO PARA O CONSUMIDOR

Hoje, o consumidor não sabe quanto paga de impostos nos produtos, pois cada etapa da produção é tributada, e os impostos vão se acumulando ao longo da cadeia produtiva. Com a Reforma Tributária, haverá apenas dois impostos que não vão se acumular durante o processo produtivo.



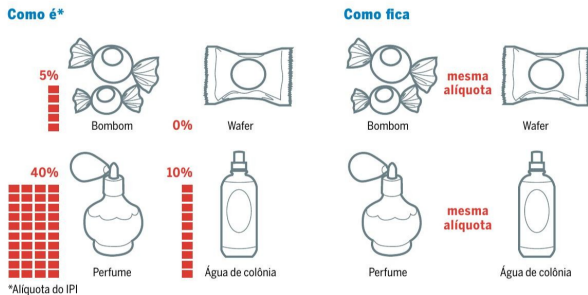
FUSÃO DE TRIBUTOS

A Reforma Tributária vai unificar três impostos federais – IPI, PIS, Cofins – na nova CBS. O imposto estadual ICMS e o municipal ISS, por sua vez, serão unificados para criar o IBS.



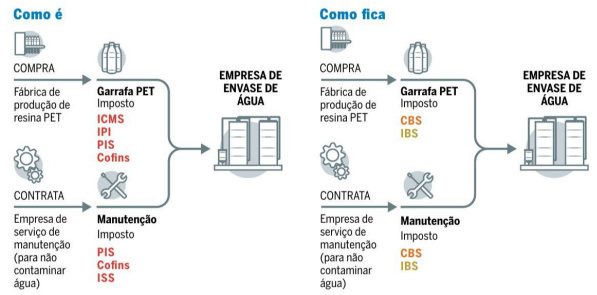
ALÍQUOTA ÚNICA

Hoje, cada produto tem uma alíquota diferente, o que gera distorções: embora similares, bombom e wafer têm tributação distinta, assim como perfume e água de colônia. A reforma determina que todos os produtos deverão pagar a mesma alíquota de imposto. Haverá exceções pontuais para alguns itens, como os da cesta básica, que ficarão isentos, e cigarros e bebidas, que pagarão mais.



IMPACTO NA INDÚSTRIA

Exemplo: fábrica de água mineral. Compra garrafas plásticas para envasar a água que extrai da fonte mineral. Nesta operação, paga IPI, PIS, Cofins e ICMS. Ao contratar serviços, como os de manutenção de maquinário, paga ISS, PIS e Cofins. Pagará CBS e IBS tanto na compra da garrafa plástica quanto na contratação de serviços.



Veja o antes e depois na cadeia de produção da água mineral

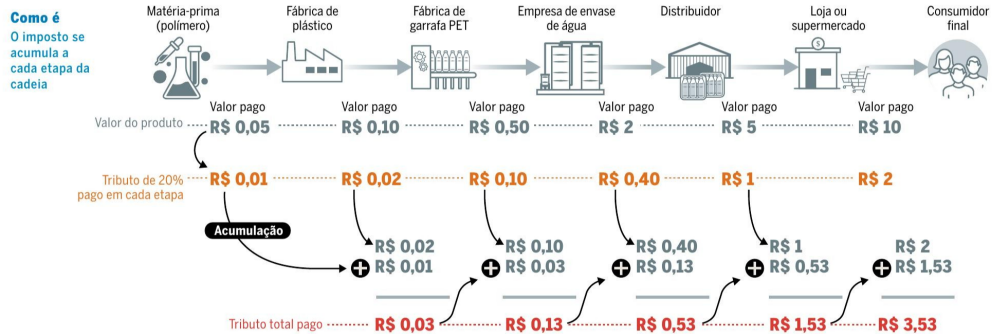
NÚMERO DE IMPOSTOS

Em cada etapa da produção, em vez de cinco impostos, serão pagos apenas dois.



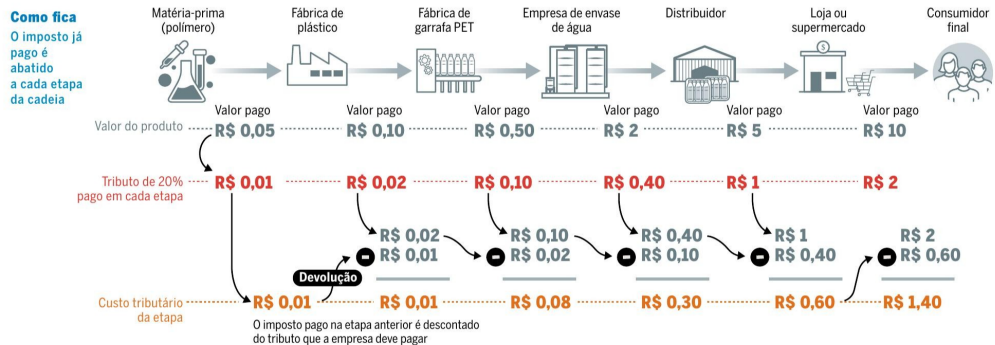
IMPOSTOS CUMULATIVOS

Hoje, a cada etapa da cadeia produtiva, as empresas pagam impostos que vão se acumulando. Para explicar como funciona a cumulatividade e como a tributação tende a ser menor em produtos industriais, usaremos valores hipotéticos de cada item e uma alíquota única exemplificativa de 20% para todas as etapas.



FIM DA CUMULATIVIDADE

Com a Reforma Tributária, as empresas vão poder descontar os impostos pagos nas etapas anteriores da cadeia de produção, acabando com a cobrança de tributos sobre tributos, o chamado imposto em cascata.



"Reage, Rio!" debate desafios da Reforma Tributária



Tributação. Castro e Paes reunidos na última edição do evento, sobre o Galeão

Com as discussões sobre a **Reforma Tributária** na reta final -aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, até o fechamento desta edição -, autoridades públicas, economistas e advogados tributaristas debaterão os rumos da proposta hoje, no seminário "Os desafios da **Reforma Tributária** no Rio de Janeiro", evento do Reage, Rio!, realização dos jornais O GLOBO e Extra com apoio da Fecomércio RJ.

A **Reforma Tributária** mexe, sobretudo, nos **tributos** cobrados sobre o consumo, que afetam o preço final de bens e serviços.

IMPOSTOS SOBRE CONSUMO

Entre as principais propostas está a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), subdividido em IBS (subnacional, unindo **tributos** sobre consumo de estados e municípios, como ICMS e ISS) e CBS (federal, unificando PIS, Cofins e IPI).

Para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma, o Reage, Rio! reunirá o governador do Rio, Cláudio Castro, o prefeito Eduardo Paes e Antonio Queiroz, presidente da Fecomércio RJ.

Entre os especialistas participarão Eduarda La Rocque, economista e consultora em governança corporativa; Luiza Lacerda, sócia da área tributária do escritório BMA Advogados; Bianca Xavier, advogada e professora da FGV e Uerj; Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Jorge Luiz Segeti, diretor técnico da Central Brasileira

do Setor de Serviços; e Murillo Allevato, sócio do escritório Bichara Advogados.

A mediação ficará a cargo de Luciana Rodrigues, editora de Economia do GLOBO.

O seminário acontece às 10h, no auditório da Editora Globo, na Cidade Nova (Rua Marquês de Pombal, 25). Será transmitido ao vivo no YouTube do GLOBO e no Facebook do GLOBO e do Extra.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária avança: como ficam os impostos segundo a proposta

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (06), em primeiro turno, o projeto de **reforma tributária** - tida como um dos grandes pilares da política econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), junto com o novo arcabouço fiscal .

O texto-base recebeu 382 votos favoráveis e 118 contrários. Os deputados estão no momento votando destaques que podem mudar o texto, e depois ainda precisarão votar em segundo turno.

Por se tratar de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), a matéria depois seguirá para o Senado. Lá, a votação deve ocorrer no segundo semestre, após o recesso, segundo afirmou o presidente da Casa, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Especialistas costumam falar que o sistema de arrecadação de **tributos** no Brasil é um dos mais complicados do mundo. Há muitas regras e muitas exceções. Para uma empresa, o simples ato de pagar um imposto no Brasil às vezes requer dezenas de advogados tributaristas. Como resultado, bilhões de reais são desperdiçados na economia brasileira por falta de eficiência.

A **reforma tributária** está há décadas na pauta tanto do Executivo como do Congresso, mas sempre foi considerada muito complicada de ser aprovada. Em outros anos e outros governos, a prioridade foi dada para reformas consideradas igualmente fundamentais, como a da Previdência e a Trabalhista.

Considera-se que a discussão tributária é difícil porque há muitos interesses envolvidos.

Governadores e prefeitos e determinados setores da economia, por exemplo, relutam em abrir mão de **impostos** e isenções. A reforma atual contempla a criação de alguns fundos de compensação a esferas que percam dinheiro. Mas Estados estarão impedidos de decidir sobre suas tarifas, o que deve pôr fim à chamada guerra fiscal.

Em outros países, o sistema tributário é mais simples , com incidência de poucas tarifas sobre determinadas transações.

Economistas dizem que o objetivo da reforma não é

mudar a carga tributária brasileira - ou seja, após a reforma, os brasileiros acabariam pagando aproximadamente o mesmo valor em **impostos** que pagam hoje. O poder público seguiria arrecadando valores parecidos.

O ganho econômico para o país viria na maior eficiência do sistema, já que pagar **impostos** se tornaria menos caro no Brasil. Assim, poderia haver um aumento de arrecadação no longo prazo se a **reforma tributária** for bem-sucedida em melhorar a produtividade da economia e reduzir o custo Brasil.

Agora que o assunto foi colocado como prioritário pelo Executivo e pelo Congresso, a reforma está tramitando.

Entenda abaixo o que é a proposta e como fica o sistema tributário. É importante lembrar que a reforma ainda está em análise na Câmara e depois seguirá para o Senado - portanto, os itens abaixo ainda podem sofrer mudanças substanciais.

Os brasileiros pagam hoje cinco **impostos** que são alguns dos principais meios de arrecadação de todas as esferas do poder público:

IPI, PIS e COFINS são **impostos** federais; ICMS e ISS são estaduais. Alguns desses **impostos**, como o IPI, não incidem diretamente na compra pelo consumidor, mas sim durante o processo de importação ou manufaturação.

A PEC 45/2019 propõe substituir todos esses **impostos** por um só: o IVA, Imposto sobre Valor Adicionado.

Esse imposto seria dividido em duas partes:

Outro imposto criado é o Imposto Seletivo, que vai incidir sobre bens e serviço que provocam mal à saúde ou ao meio ambiente (como cigarros e bebida alcoólica).

Alguns **impostos** seguirão sendo cobrados:

Um dos pontos principais da reforma não está sendo discutido nesse momento: o valor das alíquotas de **impostos**. Ou seja, não se sabe quanto os contribuintes pagarão de **impostos** em cada tributo.

Primeiro, o Congresso está trabalhando para aprovar uma reforma na Constituição brasileira que altera o sistema de **tributos**. As alíquotas serão discutidas posteriormente, em leis complementares que não são parte da Constituição.

A proposta atual determina três tipos de alíquotas: uma padrão (de valor integral), uma alíquota reduzida e a alíquota zero. As duas últimas serão aplicadas em para produtos considerados de importante uso para a população - como alguns medicamentos e serviços de educação.

Discute-se também a possibilidade de redução das alíquotas, caso a arrecadação do governo cresça. Existe também a possibilidade de cashback - devolução de dinheiro de parte dos **impostos** CBS e IBS a pessoas físicas.

A reforma prevê que 180 dias depois de promulgadas as atuais mudanças na lei, o Congresso deverá reformular também outros aspectos do sistema de **tributos**, como o imposto de renda (para pessoas físicas e para pessoas jurídicas) e a cobrança de **impostos** sobre dividendos, que por ora ficam iguais.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Reforma tributária avança: como ficam os **impostos** segundo a proposta

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/07/5107383-reforma-tributaria-avanca-como-ficam-os-impostos-segundo-a-proposta.html>

Reforma tributária: o que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTU

Por André Catto, g1

O texto-base da **reforma tributária**, aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (6), prevê, entre outros pontos, alterações na cobrança do IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores) e do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

As mudanças estão previstas em trecho que trata da cobrança de **tributos** sobre renda e patrimônio - temas incluídos na proposta apesar de não serem, nesse primeiro momento, o foco principal da reforma, que é centrada no consumo.

Entre as novidades, estão:

PARA O IPVA

cobrança para jatinhos, iates e lanchas, que atualmente não pagam tributo; possibilidade de imposto progressivo de acordo com o impacto ambiental do veículo.

PARA O IPTU

a atualização da base de cálculo do imposto por meio de decreto municipal (entenda mais abaixo).

O que diz o texto sobre o IPVA - e como pode impactar seu bolso

O parecer apresentado na Câmara diz que o IPVA poderá ser progressivo também em razão do impacto ambiental do veículo. Isso indica que os veículos elétricos, considerados menos poluentes, deverão pagar um percentual menor do imposto.

A proposta diz que essa alteração está em linha com as propostas ambientais mais modernas defendidas mundialmente e caminha no mesmo sentido dos acordos de adequação de emissão de carbono em que o Brasil é signatário.

LEIA MAIS:

Cesta básica isenta, cashback e imposto do pecado : os principais pontos da reforma Placar foi de 382 a 118: veja como votou cada deputado e partido O momento é histórico, diz Lira ao defender reforma

Para o advogado tributarista David Ximenes Avila Siqueira Telles, apesar de os aspectos ambientais serem positivos, ainda há uma preocupação em relação a uma eventual queda na arrecadação para estados e municípios.

Se o governo incentiva um carro elétrico, vai poluir menos os estados e municípios, o que é um aspecto positivo, diz. Mas a maior preocupação, especialmente para os estados, é em relação às alíquotas - que serão fixadas por lei complementar - e em como ficará a repartição das receitas tributárias.

O projeto votado na Câmara ainda abre margem para que o valor do veículo também seja um critério de progressividade do imposto. A ideia é cobrar mais de quem tem maior poder aquisitivo.

A medida propõe introduzir um critério de diferenciação para incentivar a compra de veículos mais sustentáveis e aumentar o imposto cobrado de modelos mais caros. O objetivo, segundo o texto, é eliminar um privilégio injustificado sobre bens que são normalmente possuídos por pessoas dotadas de alta capacidade contributiva.

Ainda para o IPVA, ficou definido o início da cobrança para veículos aquáticos e aéreos. A atual interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema é de que o imposto incida apenas sobre veículos automotores terrestres. A reforma, portanto, deve incluir na Constituição Federal a tributação desses tipos de propriedades.

O relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirma que a medida não tem objetivo de onerar aeronaves e barcos de transporte de passageiros ou barcos voltados à pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência. Também não haverá cobrança sobre plataformas de petróleo.

Esse imposto não terá o viés de onerar a atividade produtiva. Seu objetivo é alcançar bens utilizados por pessoas com poder aquisitivo de elevado valor, que hoje não são tributados, em um claro descompasso com o imposto aplicado sobre veículos automotores de uso popular, diz o texto.

E o IPTU?

Sobre o tema, o projeto buscou atender a um pedido da Confederação Nacional dos Municípios (CMN). Assim, prevê que as prefeituras possam atualizar a base de cálculo do imposto por meio de decreto, a partir de critérios gerais previstos em lei municipal.

Para a especialista em direito tributário Patricia Fudo, sócia do Maluf Geraigire Advogados, a decisão cria um potencial arrecadatório mais elevado, justamente por facilitar que as administrações municipais atinjam imóveis com alta valorização.

Em outras palavras, pelo que indica o texto, não haverá necessidade de que o aumento do IPTU passe pelo crivo do Poder Legislativo.

O Executivo se valerá dessa prerrogativa para impor majorações [aumentos] deste imposto com mais facilidade e frequência, acarretando uma carga maior para os proprietários de imóveis, especialmente aqueles com potencial de valorização, explica.

O advogado Siqueira Telles acredita que, para os municípios, esse é um dos **impostos** mais polêmicos da reforma. Ele conta que, atualmente, o IPTU é atualizado com base em um valor inferior ao que um imóvel costuma custar.

Existem imóveis que se valorizam muito. Com essa liberdade para a definição pelas prefeituras, a preocupação é que pode haver brechas para valores arbitrados unilateralmente pelo Fisco, diz.

Os proprietários, nesse caso, devem sempre observar o boleto do IPTU para verificar o valor sobre o qual o imóvel está sendo avaliado. Isso permite que o contribuinte possa questionar o valor possivelmente arbitrado pelo Fisco municipal, conclui.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/reforma-tributaria-o-que-deve-mudar-nas-cobrancas-de-ipva-e-iptu.ghtml>

Na Reforma Tributária, parques de diversões, hotéis e restaurantes terão regime diferenciado

Em um aceno ao setor de serviços, o relator da **Reforma Tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) ampliou mais uma vez a lista das atividades que terão tratamento tributário diferenciado. Foram incluídos no rol os serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes e aviação regional.

Esses segmentos poderão ter alíquotas distintas e regras próprias para abatimento de créditos tributários. O setor de serviços era um dos mais críticos à reforma.

Na quarta, Ribeiro já havia atendido a pleitos do agronegócio ao estabelecer um regime tributário específico para as cooperativas.

Esses segmentos se somam a uma lista de outros setores que já contavam com tratamento diferenciado, como combustíveis e lubrificantes, que terão alíquotas uniformes cobradas em uma única fase da cadeia e possibilidade de concessão de créditos para o contribuinte.

O relator alterou também o texto para acrescentar novos setores no rol que terão redução das alíquotas do imposto.

Setores incluídos:

Setores que já estavam:

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/07/na-reforma-tributaria-parques-de-diversoes-hoteis-e-restaurantes-terao-regime-diferenciado.ghtml>

A maior reforma econômica em três décadas começa com força

Por **Míriam Leitão**

Eram duas da manhã quando o segundo turno acabou dando 375 votos a favor da **reforma tributária**, que havia recebido 382 votos no primeiro turno. A **reforma tributária**, adiada por três décadas, teve na Câmara 74 votos a mais do que o necessário no primeiro turno e 67 a mais no segundo, unificou a base parlamentar, atraiu partidos de direita e teve até votos do PL, onde havia mobilização do extremista de direita Jair Bolsonaro para o voto contra.

Mas esse é só o começo porque para mudar a estrutura tributária de um país tão velho é preciso muito mais. Há leis complementares, há votações no Senado para confirmar o que foi aprovado na Câmara. Há a implementação, que é o mais urgente, e há também as outras etapas das mudanças dos **impostos**.

Foi uma vitória expressiva e esta sexta tem muita gente na lista dos vitoriosos: o presidente da Câmara, Arthur Lira, o ministro da Fazenda Fernando Haddad, o economista Bernard Appy que formulou as ideias centrais e luta por elas consistentemente e hoje é secretário especial de **reforma tributária**, o deputado Baleia Rossi, que apresentou a emenda em 2019. O governador Tarcísio Gomes de Freitas também é vencedor por ter saído da posição de contrário e entrado no trem da reforma em tempo.

A economia começará a mudar devagar, porque só no fim desse governo será o primeiro teste dos novos **impostos** sobre valor agregado e eles vão sendo implantados aos poucos até 2032. Não poderia ser diferente.

Mas entre as qualidades do que foi aprovado está a simplificação, a migração para o modelo vencedor no mundo, o aumento da produtividade, pensar uma saída para a Zona Franca de Manaus, e o começo de aumento de mais justiça tributária. É tímido esse último ponto, mas cobrar IPVA de jatinho e iate tem importância simbólica.

Muitos problemas aparecerão na hora da implantação, é natural, mas essa travessia do bloqueio e veto a qualquer reforma para a aprovação de ontem foi, como tem sido dito, "histórica". Pode-se dizer nesta sexta que hoje começou a maior reforma econômica em três

décadas.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/a-maior-reforma-economica-em-tres-decadas-comeca-com-forca.ghtml>

Narrativas econômicas sobre 2023 (Artigo)

Armando Castelar Pinheiro

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

George Akerlof, professor na Universidade da Califórnia, Berkeley, ganhou o Nobel em economia em 2001. Robert Shiller dá aula na Universidade de Yale e recebeu o Nobel em economia em 2013. Juntos, escreveram "Animal Spirits: How human psychology drives the economy, and why it matters for global capitalism" (Princeton University Press, 2009).

O livro, como sugere o título, é um esforço de trazer ensinamentos da economia comportamental, em geral trabalhada no campo da microeconomia, para a discussão de temas macroeconômicos, como os ciclos econômicos. Não é um desafio trivial, pois muito do que se sabe sobre os vieses cognitivos em que se baseiam as análises nessa área - e algumas políticas, como as de perfil regulatório - é baseado em estudos sobre o comportamento individual, o que não se transmite tão diretamente para o espaço coletivo.

A ideia central do livro pode ser, em parte, assim resumida: "A mente humana é construída para pensar em termos de narrativas, de sequências de eventos com uma lógica interna e dinâmica que aparecem como um todo unificado (...). A confiança de uma nação, ou de qualquer grande grupo, tende a girar em torno de histórias. De particular relevância são as histórias de uma nova era, aquelas que pretendem descrever mudanças históricas que impulsionarão a economia para uma era totalmente nova (...). A confiança não é apenas o estado emocional de um indivíduo. É uma visão da confiança alheia, e das percepções alheias sobre a confiança alheia. É também uma visão do mundo - um modelo popular de eventos atuais, uma compreensão pública do mecanismo de mudança econômica conforme informado pela mídia e pelas discussões populares".

Lembrei dessas ideias de Akerlof e Shiller ao pensar sobre como está se dando a virada de semestre para a economia brasileira.

Em especial, do notável aumento da confiança dos analistas econômicos - e da mídia nacional, em especial - sobre para onde vai nossa economia na segunda metade de 2023. De quedas na inflação e nos juros, à valorização da bolsa e do real, tudo é visto

como apontando para "uma nova era".

Em que medida essa maior confiança pode levar a uma melhora do desempenho econômico?

A atual narrativa sobre nossa economia foi construída, penso, em torno de quatro acontecimentos, em parte desconectados.

Primeiro, o resultado muito positivo do **PIB** da agropecuária e a forte queda no preço das commodities, em parte por conta da dificuldade da economia chinesa se recuperar no pós-pandemia, diferente do ocorrido na maioria dos países. Isso levou a significativas revisões das projeções de crescimento, para cima, e da inflação, para baixo, em que pese a previsão ainda ser de retração da atividade no resto do ano e de os núcleos seguirem bem acima da meta.

Segundo, a interrupção do discurso de reversão das reformas aprovadas em governos anteriores, que têm se mostrado bastante benéficas. Não é claro se e por quanto tempo isso irá durar, mas pouco se ouviu mais recentemente sobre reverter as reformas trabalhista e previdenciária, destituir o presidente do Banco Central, reinstaurar a TJLP, reestatizar a Eletrobras etc. A resistência do Congresso a rever as reformas, como ora se vê em relação ao marco regulatório do saneamento, foi bastante importante. Também relevante foi manter em 3% da meta de inflação para os próximos anos, depois de o presidente da República enfaticamente defender elevá-la.

Com a manutenção da meta e a queda das taxas e das projeções de inflação a Selic deve cair mais cedo e mais rápido do que se previa antes.

O mercado está comprado nessa aposta e em que isso vai melhorar as finanças corporativas e valorizar as ações das empresas voltadas para o mercado doméstico, compensando as quedas nas ações dos produtores de commodities.

Se acontecer, pela lógica de Akerlof e Shiller, isso vai reforçar a retomada do crescimento. Terceiro, a boa recepção ao novo arcabouço fiscal, para o que também contribuíram os indicadores fiscais relativamente favoráveis herdados do governo anterior, em especial para a razão dívida pública/**PIB**. A revisão do **PIB** para cima e dos juros para baixo reforça o conforto com o fiscal, em que pesem pelo menos três fatores: o forte aumento dos gastos públicos neste e no próximo ano; o fato de a

contenção dos gastos nos anos seguintes ser apenas uma promessa, que pode ser difícil de cumprir, dado o piso de aumentos de vários itens; e, a dependência do arcabouço do aumento da receita, com um Congresso resistente a mais impostos, corretamente, dada nossa alta carga tributária e o ônus que ela traz ao nosso potencial de crescimento.

Quarto, o fato de que o ciclo de alta dos juros nos EUA e na Europa, ainda que não encerrado, se aproxima do fim sem ter gerado uma recessão. Isso tem reforçado o cenário dos sonhos dos investidores, em que a inflação cai sem necessitar de uma contração mais significativa do PIB. O receio de se gerar uma crise financeira deve segurar os juros, mas não se deve afastar o risco de que a inflação não ceda e o cenário se complique.

Várias coisas podem dar errado, mas o mais provável é que a narrativa de uma nova era de mais crescimento e menos inflação e juros mais baixos se consolide neste segundo semestre. O cenário à frente, porém, parece menos tranquilo.

*

O mais provável é que uma nova era de mais crescimento e menos inflação se consolide no segundo semestre

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187596?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187596?page=1§ion=1)**

Dados americanos surpreendem e elevam pressão sobre juros globais



Lorie Logan, do Fed Dallas: alta dos juros em junho teria sido 'apropriada'

Gabriel Caldeira De São Paulo (Colaboraram Igor Sodré e Letícia Simionato)

Os desafios do Federal Reserve (Fed) na condução da política monetária nos Estados Unidos se mostram ainda mais altos. A redução lenta da **inflação** se somou a dados de emprego e atividade mais fortes que o esperado e deu aval a uma agressiva reprecificação dos rendimentos dos Treasuries, o que contaminou o humor nos mercados globais de juros.

No pregão de quarta, o tom conservador do Fed na ata da reunião de política monetária de junho já havia pressionado os mercados.

Mas ontem, após surpresas renovadas com a resiliência da economia americana, o mercado voltou a vislumbrar juros mais altos à frente. Na máxima do dia, a taxa da T-note de dois anos chegou a 5,096%, no maior nível em 16 anos, enquanto o retorno do título do Tesouro dos EUA de dez anos marcava 4,049% no fim da tarde.

Nas bolsas, o índice Dow Jones fechou em baixa de 1,07%, o S P 500 caiu 0,79% e o Nasdaq recuou 0,82%. Já o índice pan-europeu Stoxx 600, que reúne ações de 17 mercados do continente, encerrou o pregão com perdas de 2,3%.

"Os dados econômicos dos EUA simplesmente

sobrecarregaram os mercados, com a leitura chocantemente forte de geração de empregos da ADP encabeçando um dia marcante para os dados americanos e enviando os juros dos Treasuries para as máximas em muito tempo", afirma o chefe global de economia e estratégia de mercados do banco inglês NatWest, John Briggs. Ele nota, ainda, que a reação dos Treasuries gerou vendas acentuadas de títulos soberanos REUTERS europeus, o que também elevou os juros, especialmente os britânicos.

A presidente da distrital de Dallas do Fed, Lorie Logan, reiterou ontem o tom duro da autoridade monetária, ao dizer que teria sido "completamente apropriada" mais uma alta nos juros no mês passado. Para ela, no ambiente atual, o Fed "precisa tornar a política [monetária] mais restritiva para que possamos devolver a **inflação** à meta de forma sustentável e em tempo hábil". O ambiente citado por Logan inclui uma **inflação** persistente e um mercado de trabalho muito aquecido nos EUA. Nesse sentido, o mercado se atenta, hoje, à divulgação do relatório de empregos ("payroll") referente a junho nos EUA. A estimativa é de abertura de 240 mil postos de trabalho, o que representaria desaceleração em relação a maio (339 mil).

Analistas observam que a reação do mercado foi condizente com uma surpresa bastante forte na direção dos dados divulgados.

Se, anteriormente, os números de serviços e de pedidos de seguro desemprego indicavam para os investidores um cenário de desaceleração gradual, ontem as surpresas positivas tanto nos dados de emprego da ADP (que mostrou geração de 497 mil postos em junho) quanto nos dados de serviços, que continuam a exibir expansão da atividade, indicam cenário de economia ainda muito aquecida.

"Esse tema tem alguma influência sobre as perspectivas de aumentos adicionais de juros", destacam os economistas Tim Quinlan e Shannon Seery, do Wells Fargo, em relatório enviado a clientes. "Como exemplo, considere a ata da reunião de junho do Fed, que apontou que "alguns participantes notaram que a **inflação** básica de serviços não residenciais mostrou poucos sinais de desaceleração nos últimos meses". Na medida em que postura mais agressiva do Fed impulsionou os juros globais de

forma expressiva, também no mercado brasileiro houve pressão. A taxa do DI para janeiro de 2027 subiu de 10,23% a 10,265%, mas fechou longe da máxima do dia, de 10,425%. O estresse, porém, se espalhou para a bolsa, com o Ibovespa em queda de 1,78%, aos 117.426 pontos. Já no câmbio, o dólar fechou com alta de 1,64%, a R\$ 4,9298.

Também as taxas em outras economias desenvolvidas passaram a refletir cenários de aperto mais intenso das condições monetárias.

No caso do Banco Central Europeu (BCE), as expectativas por juros maiores começaram depois do seu Fórum Anual, realizado em Sintra, Portugal, no fim de junho. Lá, a presidente, Christine Lagarde, e outros dirigentes da instituição reiteraram o compromisso com a meta de **inflação** e praticamente deram como certa mais uma alta de 0,25 ponto nos juros neste mês.

Logo após o evento, vários dos principais bancos do mundo aumentaram a projeção para a taxa de juros do BCE no fim do ciclo de aperto monetário de 3,5% para 4%.

Morgan Stanley, Goldman Sachs, UniCredit, J.P. Morgan e BNP Paribas estão entre os que esperam mais duas altas de 0,25 ponto percentual nas taxas da zona do euro.

Desde então, os juros de mercado da zona do euro já aumentaram em mais de 0,2 ponto percentual.

O rendimento do Bund alemão de dez anos, por exemplo, saiu de 2,394% no fim de junho a 2,628% no fechamento de ontem.

Já a taxa do BTP italiano de dez anos avançou de 4,071% a 4,384%.

No Reino Unido, os juros dos Gilts atingiram patamares ainda maiores, com o rendimento do título de dois anos em 5,488% e o do papel de dez anos em 4,659%. São os maiores níveis desde outubro de 2008, superando até os registrados durante a turbulência orçamentária que culminou na renúncia da ex-primeira-ministra Liz Truss, em outubro do ano passado.

O movimento ocorre à medida que o mercado reforça a aposta de que o Banco da Inglaterra (BoE) elevará a taxa básica de juros para 6,5%, o que seria o maior nível desde 1998. A **inflação** ao consumidor britânico reacelerou no começo do ano e ainda se encontra bem acima de pares globais, com taxa anual de 8,7%, enquanto o juro básico está em 5%.

Os economistas do J.P. Morgan, que elevaram a previsão para o juro terminal no Reino Unido a 5,75%, alertam, em relatório, que a taxa básica britânica teria de ser aumentada até 7% caso as expectativas inflacionárias de médio prazo se desancorem da meta de 2% do BoE. Além disso, o J.P. estima que apenas esse nível de juros traria um aperto às taxas de hipotecas de magnitude similar ao da média da década que antecedeu a crise financeira de 2008.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187596>

Disparada dos juros globais

Taxas americanas e britânicas (%)

T-note 2 anos



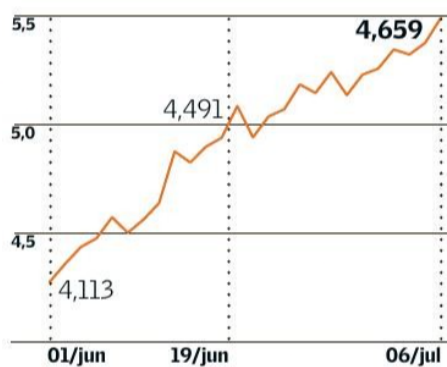
T-note 10 anos



Gilt 2 anos



Gilt 10 anos



Fonte: Tullett Prebon